



**BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE**

Fundada em 1846

FRANCISCO DAS NEVES ALVES



TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA

**ILUSTRADO-HUMORÍSTICA
SUL-RIO-GRANDENSE**

**Três estudos sobre a
imprensa ilustrado-
humorística sul-rio-
grandense**



BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Presidente: Francisco das Neves Alves

Vice-Presidente: Pedro Alberto Távora Brasil

Diretor de Acervo: Ronaldo Oliveira Gerundo

1º Secretário: Luiz Henrique Torres

2º Secretário: Marcelo França de Oliveira

1º Tesoureiro: Valdir Barroco

2º Tesoureiro: Mauro Nicola Póvoas

Francisco das Neves Alves

Três estudos sobre a imprensa ilustrado- humorística sul-rio- grandense



BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE

Rio Grande
2026

Ficha Técnica

- Título: Três estudos sobre a imprensa ilustrado-humorística sul-rio-grandense
- Autor: Francisco das Neves Alves
- Biblioteca Rio-Grandense
- Rio Grande
- 2026

ISBN – 978-65-5306-092-0

CAPA: O FÍGARO. Porto Alegre, 16 fev. 1879.

O autor:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de trezentos livros.

SUMÁRIO

Cercear e punir: o controle do discurso jornalístico nos primeiros tempos republicanos e as repercussões junto à imprensa ilustrado-humorística rio-grandina / 9

Athos Damasceno Ferreira: a cultura e a caricatura sul-rio-grandense (esboço historiográfico) / 47

Representações imagéticas zoomórficas na caricatura expressa pelo periódico *O Fígaro* / 105



**Cerrear e punir: o controle
do discurso jornalístico nos
primeiros tempos
republicanos e as
repercussões junto à
imprensa ilustrado-
humorística rio-grandina**

A legislação brasileira de imprensa nos primórdios da República

A afirmação da imprensa escrita como elemento formador de opinião suscitou a origem de uma série de mecanismos que se desenvolveram em um processo simultâneo ao da evolução do jornalismo, visando a fiscalizá-lo e determinando-lhe seus limites. Esse fenômeno deveu-se ao fato de que, nos mais diversos países, a produção do discurso é “controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos” de modo a “conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (Foucault. p.8-9).

No Brasil, desde os primórdios da formação do Estado Nacional, prevaleceu, em termos governamentais, a visão da liberdade com responsabilidade, elaborando-se, a cada fase de sua organização político-administrativa, diferentes dispositivos destinados a regular a imprensa. Os diversos arcabouços legais (leis, decretos, decisões governamentais, constituições) montados para disciplinar a imprensa, desde o Período Joanino, quando se inicia o processo de institucionalização brasileiro, passando pela fase monárquica, momento de consolidação daquele processo, e chegando aos

TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA ILUSTRADO- HUMORÍSTICA SUL-RIO-GRANDENSE

primeiros anos da República, com uma nova reforma institucional, refletem as transformações da legislação brasileira de imprensa no século XIX e as diferentes formas de entabular mecanismos de controle do discurso, em um processo marcado por um constante alternar entre a liberdade e o cerceamento.

Durante o processo de transição da Monarquia à República, a imprensa brasileira passou por um acelerado avanço, multiplicando-se o número de jornais pelas províncias, com uma forte predominância dos periódicos político-partidários, discutindo os fatores que levariam à desintegração da forma monárquica, analisando as possíveis reformas que a mesma deveria sofrer e/ou divulgando as próprias ideias de mudança na forma de governo que começavam a tomar corpo à época. O advento da República no Brasil estabeleceu a necessidade da reorganização institucional do país para adaptar-se à mudança na forma de governo, além disso, os novos detentores do poder consideravam-se como promotores de uma política saneadora e moralizadora que extirparia aquilo que consideravam como os males do Império. De acordo com tais princípios, a legislação em geral e a de imprensa, especificamente, sofreram alterações, e, nessa direção, as medidas tomadas pelos primeiros governos republicanos foram no sentido de coibir a liberdade de imprensa em nome da defesa do Estado.

O primeiro ato dos governantes republicanos fazendo referência à imprensa foi o Decreto de 23 de Dezembro de 1889¹, que criava uma comissão militar para julgamento dos crimes de conspiração contra a República. A publicação dessa lei foi alicerçada a partir de considerações como: que a Nação inteira teria aderido à nova forma de governo; que essa aceitação geral da “revolução de 15 de novembro” criava para o Governo Provisório a obrigação de defendê-la com a maior energia contra as ameaças, até entregá-la ilesa nas mãos da Assembleia convocada para entabular a Constituição; que o maior de todos os deveres do Governo seria “a firmeza absoluta e a mais inexorável severidade nas medidas tendentes à preservação da paz e à manutenção dos interesses fundados na segurança da propriedade”; que a única alternativa seria a República ou a anarquia, em um quadro pelo qual qualquer tentativa contra a solidez da situação republicana seria simplesmente um ato de desordem, destinado a explorar o medo; e que seria inépcia, covardia e traição, da parte do Governo, “deixar os créditos da República à mercê dos sentimentos ignóbeis de certas fezes sociais

¹ Decreto N. 85A de 23 de Dezembro de 1889. In: DECRETOS DO GOVERNO PROVISÓRIO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Primeiro fascículo - 15 de novembro a 31 de dezembro de 1889. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890. p. 316-317.

TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA ILUSTRADO- HUMORÍSTICA SUL-RIO-GRANDENSE

empenhadas em semear a cizânia e a corrupção” junto ao “espírito do soldado brasileiro, sempre generoso, desinteresseiro, disciplinado e liberal”.

De acordo com esse espírito, o Decreto de 23 de dezembro de 1889 visava a evitar qualquer possibilidade de pregação questionadora à nova forma de governo junto aos militares, e determinava que os indivíduos que conspirassem contra a República e seu governo; que aconselhassem ou promovessem por palavras, escritos ou atos à revolta civil ou à indisciplina militar; que divulgassem nas fileiras do Exército e Armada noções falsas e subversivas tendentes à indisposição contra a República; seriam julgados militarmente por uma comissão nomeada pelo Ministro da Guerra e punidos com as penas militares de sedição.

Em março de 1890, outro decreto ampliava a abrangência do anterior, prevendo a punição tanto de militares quanto de civis. O Decreto de 29 de Março de 1890² apresentava por argumentos alguns fatores como o prejuízo que a ordem e a paz pública vinham sofrendo com a “circulação de falsas notícias e boatos aterradores, com o intuito manifesto e antipatriótico

² Decreto N. 295 de 29 de Março de 1890. In: DECRETOS DO GOVERNO PROVISÓRIO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Terceiro fascículo - 1º a 31 de março de 1890. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890. p. 499-500.

de favorecer condenáveis especulações”; que tais notícias e boatos prejudicavam “consideravelmente o crédito do país no exterior, abalando a confiança na estabilidade das instituições e na responsabilidade dos compromissos contraídos pela nação”; que ao poder público cabia “o dever de prevenir e evitar todas as causas de perturbação social”, assegurando e garantindo a ordem e o progresso nacional; que as injúrias e os ataques pessoais tinham por fim “gerar o desprestígio da autoridade e levantar contra ela a desconfiança para favorecer a execução de planos subversivos”; e que o Governo, mesmo não se opondo ao direito da livre discussão dos seus atos, não poderia ficar indiferente diante da “ação pertinaz e criminosa” daqueles que estariam intentando, “por todos os meios, criar a anarquia e promover a desordem”.

Assim, essa determinação de 29 de março de 1890 decretava que ficavam sujeitos ao regime do Decreto N. 85A, de 23 de dezembro de 1889, todos aqueles que dessem origem ou concorressem “pela imprensa, por telegrama e por qualquer outro modo para por em circulação falsas notícias e boatos alarmantes, dentro ou fora do país”, referindo-se à disciplina dos militares, à estabilidade das instituições e à ordem pública. Excluía-se da “generalidade desta disposição” a análise, mesmo que severa, dos atos governamentais, “tendo por fim denunciar, corrigir ou

TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA ILUSTRADO- HUMORÍSTICA SUL-RIO-GRANDENSE

evitar erros da pública administração”, contanto que a mesma não contivesse “injúria pessoal”. Ficava ainda definido que, caso esses delitos fossem cometidos fora da Capital Federal, o delinquente seria “para ela conduzido preso e submetido ao julgamento da comissão instituída” para tal fim.

A vigência dessas duas leis diretamente coercitivas, promulgadas nos primórdios da República, seria suspensa a partir do Decreto de 22 de novembro de 1890³ que revogou os anteriores, tendo em vista que teriam cessado as ameaças contra a “ordem pública”, a “união dos brasileiros”, as “instituições republicanas” e o “crédito do país no exterior”, estando “assegurada a tranquilidade geral da nação” e eliminados “os perigos que era dever de honra do Governo conjurar, a fim de se organizar a República em perfeita paz”. Antes dessa determinação legal de novembro de 1890, no entanto, já havia sido aprovado o Código Penal dos Estados Unidos do Brasil, a 11 de outubro de 1890⁴, no qual ficaram

³ Decreto N. 1069 de 22 de Novembro de 1890. In: DECRETOS DO GOVERNO PROVISÓRIO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Décimo-primeiro fascículo - 1º a 31 de novembro de 1890. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

⁴ Decreto N. 847 de 11 de Outubro de 1890. In: DECRETOS DO GOVERNO PROVISÓRIO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Décimo fascículo - 1º a 31 de outubro de 1890. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890. p. 2664-2737.

regulamentados os novos critérios delimitadores da liberdade de imprensa.

O Código Penal, quanto à imprensa, apresentava uma nova modalidade na apuração dos responsáveis, era o sistema de solidariedade criminal, em substituição ao sistema de responsabilidade sucessiva do Código do Império. Desse modo, a nova legislação determinava que “nos crimes de abuso de liberdade de comunicação do pensamento”, seriam “solidariamente responsáveis o autor, o dono da tipografia, litografia ou do jornal e o editor”; também era considerado responsável, “o vendedor ou distribuidor de impressos ou gravuras”, quando não constasse quem era o dono do estabelecimento de impressão ou esse fosse “residente em país estrangeiro”. Segundo o Código, nesses crimes não se dava “cumplicidade e a ação criminal respectiva” poderia “ser intentada contra qualquer dos responsáveis solidários, a arbítrio do queixoso”; e garantia que “no julgamento destes crimes os escritos não seriam “interpretados por frases soltas, transpostas ou deslocadas”. A nova legislação buscava punir os crimes contra a existência política e a segurança interna da República e contra os direitos autorais, coibia também a calúnia e a injúria e previa as formas do uso ilegal da arte tipográfica, prevendo as respectivas punições às práticas criminosas.

TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA ILUSTRADO- HUMORÍSTICA SUL-RIO-GRANDENSE

No que tange às formas de julgamento e “às regras processuais, o novo regime federal as retirou da competência da União, confiando-as aos Estados, uma vez que a estes deixara a competência de prover à própria organização judiciária” (Lima Sobrinho. p. 175). Dessa maneira, o controle sobre os crimes de imprensa tornava-se ainda mais direto, tendo em vista a maior proximidade das autoridades regionais e locais, que, em cada unidade da Federação, seriam as responsáveis pela apuração dos possíveis delitos de imprensa.

A primeira Constituição Republicana, promulgada a 24 de fevereiro de 1891, garantia a plena liberdade de imprensa, porém, fazia ressalvas quanto à proibição do anonimato. Previa a Carta, no seu artigo 72, que: “em qualquer assunto é livre a manifestação do pensamento pela imprensa ou pela tribuna, sem dependência de censura, respondendo cada um pelos abusos que cometer, nos casos e pela forma que a lei determinar. Não é permitido o anonimato” (Leite Filho. p.28).

Tal ênfase na proibição ao anonimato através da imprensa deveu-se à influência dos positivistas, cuja representação no Congresso conseguiu que a mesma fosse agregada ao projeto constitucional. No Rio Grande do Sul, esse aspecto foi ainda mais marcante, pois sua Constituição, estabelecida de

acordo com o modelo positivista, era mais enfática na proibição ao anonimato, uma vez que, de acordo com essa doutrina, a identificação visava a “permitir a pesquisa da autoria e fornecer ao público as características de origem dos autores”, que seriam “elementos importantes para julgar da autoridade moral, que pudessem ter os respectivos escritos” (Osório. p.267-8). Esse afincamento pela proibição ao anonimato no contexto sul-rio-grandense pode ainda ser exemplificado através do Decreto de 16 de Março de 1892⁵, publicado à época do Governo de Barros Cassal, que determinava não ser permitido “o anonimato, devendo todos e quaisquer escritos dados à estampa ser assinados pelos respectivos autores” aos quais cumpria “escrever os nomes por extenso no fim de seus artigos”. Nesse caso as infrações seriam apuradas pelo Chefe de Polícia na capital e pelos delegados nos municípios, ficando prevista uma multa de duzentos mil réis, e, nas reincidências, suspensão da publicação do jornal por trinta dias.

A plena liberdade de imprensa expressa na Carta de 24 de fevereiro de 1891, no início da República, não passou de um dispositivo constitucional pouco colocado em prática. Os

⁵ Decreto N. 24 de 29 de Março de 1892. In: LEIS, DECRETOS E ATOS DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL DE 1892. Porto Alegre: Oficinas Gráficas de *O Independente*, 1913. p. 59-61.

TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA ILUSTRADO- HUMORÍSTICA SUL-RIO-GRANDENSE

primeiros governos republicanos caracterizaram-se pelo autoritarismo e, em nome da manutenção e estabilidade da nova forma de governo, conservaram o país quase constantemente sujeito ao regime de exceção. Essa situação refletiu-se profundamente no controle sobre a imprensa que passou por uma de suas fases de maior censura⁶, tendo em vista que os jornais – os quais haviam sido o grande veículo de propagação do ideário republicano – naquele momento, serviam também para a publicação de ataques e críticas aos novos donos do poder, por parte daqueles que não concordavam com as modalidades empregadas para a institucionalização e sustentação da República.

Esse quadro de controle absoluto sobre a imprensa ficou evidenciado através do Decreto de 13

⁶ Segundo Geminiano da Franca, nessa época “a imprensa independente da Capital Federal teve uma existência amargurada e precária”, levando em conta as “medidas draconianas do Governo”. Para o autor, “nos Estados, por esses tempos, o jornalismo passou igualmente por terríveis provações (...), no Rio Grande do Sul, todos os jornais foram notificados para não dar notícias da revolução”; e prossegue, afirmando que além dos “atos abusivos de autoridade públicas, foram assaltadas e destruídas, em quase todos os Estados, oficinas e redações de jornais oposicionistas, presos e desfeiteados os seus redatores” (Franca. p. 87-88).

de outubro de 1893⁷, colocado em prática durante o desenrolar dos mais graves movimentos contestatórios aos primeiros governantes da incipiente República – a Revolução Federalista e a Revolta da Armada. Os seguintes argumentos foram utilizados para justificar o Decreto: que a liberdade de imprensa deveria consistir “no direito de colaborar com o poder social” nos fins a que se propunha “a ordem moral e política em suas múltiplas exigências e modalidades”; que seria “função do poder público, legitimamente constituído, defender a existência política da República por todos os meios legais, materiais e morais”; que, no cumprimento desse dever, o Governo não poderia encontrar obstáculos provenientes dos abusos da imprensa; e que parte da imprensa estaria contribuindo “para animar a revolta com publicações inconvenientes umas, falsas outras e todas constituindo elemento de perturbação e alarma”, tudo “em prejuízo da ação do Governo e da tranquilidade pública”.

Nessa linha, através desse Decreto de 13 de outubro de 1893, e em nome da integridade pública, o Governo visava a regular os “abusos” da liberdade de

⁷ Decreto N. 1565 de 13 de Outubro de 1893. In: COLEÇÃO DAS LEIS DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL DE 1893. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894. Ver também: Seabra Júnior. p. 11.; Caldas. p. 135-136.; e Alves, 1996. p. 62-63.

TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA ILUSTRADO- HUMORÍSTICA SUL-RIO-GRANDENSE

imprensa durante o estado de sítio, ficando proibido: a) fazer publicações que incitem a agressão estrangeira ou possam aumentar a comoção interna e excitar a desordem; b) defender qualquer ato contrário à independência, integridade e dignidade da pátria, à Constituição da República e à forma de seu governo, ao livre exercício dos poderes políticos, à segurança interna e à tranquilidade pública; c) publicar notícias a respeito da revolta que não tenham sido comunicadas pelo Governo Constitucional ou que não tenham essa origem; d) comunicar ou publicar documentos, planos, desenhos e quaisquer informações com relação ao material ou pessoal de guerra, às fortificações e às operações e aos movimentos militares da União ou dos Estados; e) apregoar as notícias, fatos ou assuntos verdadeiros ou falsos contidos nas publicações que se oferecem à venda ou se distribuam gratuitamente ou de qualquer outro modo.

Dessa maneira, os primeiros tempos republicanos caracterizaram-se por uma imprensa controlada e uma liberdade de expressão extremamente limitada. Essa situação só seria razoavelmente normalizada com a consolidação da República, a partir dos governos civis, do fim da Revolução Federalista e do aniquilamento dos fracos resquícios restauradores. Ficavam, porém, os precedentes para que, em nome da “pátria em

perigo”, fossem novamente tomadas medidas para tolher a liberdade da imprensa, o que se repetiria por diversas vezes, em razão dos muitos estados-de-sítio, que ainda viriam a ser decretados nas primeiras décadas republicanas⁸.

Constituiu-se, desse modo, um “sistema de sujeição” dos discursos jornalísticos, composto por uma série de “procedimentos de controle e delimitação”, que representaram verdadeira “polícia discursiva”, no intento de “dominar, ao menos em parte, a grande proliferação do discurso”, de maneira que a “sua riqueza fosse aliviada de sua parte mais perigosa e que sua desordem fosse organizada segundo figuras que esquivassem o mais incontrolável” (Foucault. p. 21,35,45 e 50) no conjunto das declarações dos jornais.

Nessa conjuntura, a formação histórica brasileira demonstrou ainda que junto a esse instrumental jurídico, somaram-se outros meios, às vezes de caráter “extraoficial”, de coibir a liberdade de expressão, como a direta vigilância policial e de autoridades locais, as perseguições, os

⁸ O Código Penal dos Estados Unidos do Brasil permaneceu como a legislação básica no controle da imprensa durante boa parte da denominada República Velha. Tal quadro só viria a ser alterado a partir da década de 1920. Sobre a legislação de imprensa dessa época, observar: Alves, 1997. p. 52-57.

TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA ILUSTRADO- HUMORÍSTICA SUL-RIO-GRANDENSE

empastelamentos, as prisões sem julgamento e até os assassinatos, bastante comuns nos períodos de crise institucional e/ou revolucionária, como nos primeiros anos da República. Assim, a legislação de imprensa representava um dos prismas de controle sobre a mesma, sendo a modalidade legitimada institucionalmente para isso, tendo em vista o confronto permanente entre liberdade e cerceamento, que marcou a história da imprensa no Brasil.

A imprensa ilustrado-humorística rio-grandina à época da transição Monarquia – República e o cerceamento à liberdade de expressão

Ao longo das três décadas finais do século XIX, a imprensa ilustrado-humorística constituiu um dos gêneros jornalísticos que passou por significativo desenvolvimento na cidade do Rio Grande, surgindo, nessa época, alguns dos mais organizados e duradouros representantes da pequena imprensa rio-grandina. Através de suas mensagens visuais carregadas de sarcasmo e de teor marcadamente irônico e de seus textos de caráter opinativo e crítico, os periódicos caricatos refletiram o *modus vivendi* da sociedade e as transformações pelas quais ela passava, não só no contexto local, como no regional e no

nacional, durante o transcorrer desse agitado período. Nesse quadro, o período entre 1874 e 1893 representou a fase áurea da imprensa caricata rio-grandina, com a circulação de títulos como *O Amolador* (1874-1875), *O Diabrete* (1875-1881), o *Maruí* (1880-1882) e o *Bisturi* (1888-1893) as mais importantes publicações de tal gênero.

Nesse quadro, o *Bisturi* circulou regularmente entre 1888 e 1893, não se limitando a notificar e emitir opiniões apenas sobre os assuntos locais, enfocando também as questões mais complexas da situação política nacional e provincial/estadual. Com posturas políticas bem demarcadas, o semanário transmitiu, através de seus textos e desenhos, um universo de reações para com o processo de transição da Monarquia à República, adotando uma posição político-partidária bem definida de aproximação com as práticas e o pensamento do Partido Liberal, mais especificamente ao liberalismo gasparista, mantendo tal convicção ao longo de sua existência. De acordo com essa filiação partidária, apesar de uma aceitação inicial da nova forma de governo, o periódico logo iria colocar-se na oposição aos primeiros governantes republicanos, discordando das estratégias adotadas por eles, no processo de consolidação republicana.

Assim, os caminhos seguidos pelos novos detentores do poder para promover a consolidação da

TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA ILUSTRADO- HUMORÍSTICA SUL-RIO-GRANDENSE

forma republicana viriam a despertar a decepção de parte do *Bisturi*, que, já ao final de 1890, fazia as primeiras manifestações relacionadas à sua desilusão quanto ao tipo de República que estaria sendo implantada no país. O semanário não conseguia encontrar na nova situação aqueles pressupostos que ele, logo após o 15 de Novembro, considerara fundamentais, ou seja, na sua concepção, a República que estava se formando não era aquela que a folha sonhara, de “igualdade e liberdade”, e de “amor e felicidade”, enfim, aquela não seria a “verdadeira república”. Um dos elementos marcantes da recente conjuntura política nacional que mais diretamente despertava o desencanto do periódico era o autoritarismo empregado pelos governantes em nome da defesa das instituições republicanas.

O periódico denunciava a falta de liberdade que pairava sobre a imprensa naquele momento, mas anunciava que ela estava pronta a reagir, ao desenhar uma mulher de espada à mão, a “deusa imprensa”, defendendo-se de uma série de morcegos que a atacavam (10 out. 1891). A folha, assim, lançava mão do “morcego/vampiro” um dos símbolos mais utilizados por ela quando pretendia representar os males que afligiam a República Brasileira⁹. Servia de

⁹ A espada simboliza a vitória “das forças da luz contra as trevas” (Cirlot. p. 237.) e consiste-se no instrumento que

legenda a frase: *“Gladiadora honesta, a imaculada deusa despedaça a golpes de rutilante espada os vampiros que lhe querem tolher a marcha luminosa”*.



“estabelece e mantém a paz e a justiça”. O morcego representa o “animal impuro”, “símbolo do pavor” e do “ser definitivamente imobilizado numa fase de sua evolução ascendente”, significando “algo de sombrio e de pesado”. (Chevalier & Gheerbrant. p. 392 e 620-621).

TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA ILUSTRADO- HUMORÍSTICA SUL-RIO-GRANDENSE

À medida que a crise política gaúcha agravava-se, aproximando-se a eclosão da Revolução Federalista, o cerco à liberdade de expressão apertava cada vez mais. Apesar disso, o *Bisturi* conseguiu manter seu discurso oposicionista e de resistência ao castilhismo, não deixando, um só momento, de defender ardorosamente o princípio da liberdade de imprensa e de denunciar a coerção ao jornalismo promovida pelas autoridades governamentais¹⁰. Segundo a folha, a imprensa não poderia ter as suas atividades cerceadas, porque ela era “a voz do mundo”, de modo que, “onde a imprensa livre era interceptada a nutrição do gênero humano estaria interrompida” (12 fev. 1893). Na edição seguinte, o semanário apresentava uma ilustração sobre os limites à liberdade de imprensa, vividos naquele momento. Representando a imprensa como uma mulher

¹⁰ O hebdomadário denunciava a falta de liberdade em geral que estaria marcando a nova forma de governo, ironizando ao descrever uma hipotética e falsa situação de plena liberdade: “Desfrutamos a mais ampla das liberdades, em voz alta se diz tudo o que se quer, sem empecilhos de repressão. Pode-se convocar *meetings* de oposição ruidosamente e ninguém (...) vem interceptar o direito sagrado de reunião. Os jornais da oposição, todos, abrem a boca e despendem cobras e lagartos aos adversários. Ninguém contra eles ergue a mão criminosa de uma intervenção policial. Ninguém! O regime é de plena liberdade. Todos agem livremente, em seus terrenos de operações. Vivemos em um céu aberto, repito. Graças ao *Todo Poderoso* político, que nos distingue com esta felicidade” (13 ago. 1893).

indefesa presa por uma manopla¹¹, o periódico sentenciava: “Estrangulem de uma vez a esta desgraçada, já que não pode gozar dos seus libérrimos direitos... (e a tal Constituição para que serve?...). Vamos senhores patriotas, abram mais uma cova e enterrem este ‘cadáver’, já em estado de putrefação” (19 fev. 1893).



¹¹ A mão simboliza a ideia de “poder e de dominação” (Chevalier & Gheerbrant. p. 589). No caso desse desenho, acrescenta-se a perspectiva da opressão governamental.

TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA ILUSTRADO- HUMORÍSTICA SUL-RIO-GRANDENSE

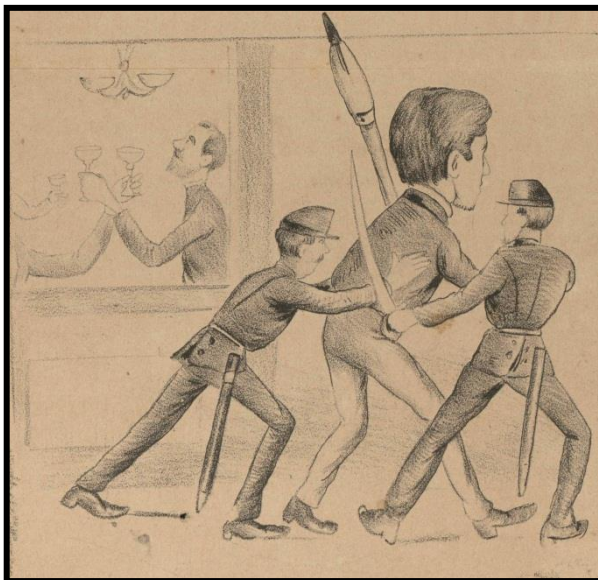
Ainda a 19 de fevereiro de 1893, o semanário rio-grandino publicou uma série de caricaturas abordando o cerceamento à liberdade de expressão através da imprensa. Nesse quadro, a folha apresentou os redatores de algumas das principais publicações rio-grandinas agrilhoados ao chão, tendo ao seu lado tabuletas com os dizeres: *“Por ordem do Governador fica proibida a imprensa de dar qualquer notícia com referência à Revolução. A imprensa desta localidade acaba de ser amordaçada”*. Diante disso, o jornal limitava-se, sutilmente, a apresentar uma legenda contendo as determinações constitucionais quanto à plena liberdade de imprensa, chamando atenção, assim, para o contrassenso que estaria sendo criado pelas autoridades governistas: *“Diz o Artigo 72, Parágrafo 12 da Constituição Federal: É livre a manifestação do pensamento pela imprensa, ou pela tribuna, sem dependência de censura, respondendo cada um pelos abuso que cometer, nos casos e pela forma que a lei determinar!!!”*. Em outra gravura, o responsável pelo *Bisturi* apresentava a sua própria prisão, antevendo a isso como um fato inevitável, diante de suas posições políticas. Na caricatura, ao fundo, uma autoridade local brinda com Júlio de Castilhos, garantindo-lhe: *“Dr. Castilhos, trabalharei sempre pela felicidade da Pátria... serei o garantidor da sua liberdade, ordem e progresso”*; ao passo que o jornalista reagia: *“E, no entanto, manda-nos ‘amordaçar’, apontando o caminho da*

cadeia ao mais humilde, ingênuo e querido de todos os jornalistas"¹².



¹² Em outra ocasião, o proprietário do periódico estampou seu autorretrato novamente como prisioneiro, prevendo uma possível futura prisão. Nessa edição, o semanário afirmava: “E nós pobres jornalistas, de mordaça à boca, sem que possamos soltar um brado de indignação, ante este painel de negras infâmias” (30 abr. 1893). O controle das autoridades locais era tão próximo e incisivo que a folha chegou a noticiar as perseguições sofridas: “Reuniram-se, em uma dessas tétricas noites passadas, as potências políticas para deliberarem sobre a sorte que deveriam dar às imprensas oposicionistas desta cidade, sendo nesta ocasião lembrado o nosso pequenino *Bisturi* que apenas tem vivido para fazer alarme do riso e da galhofa. Entre as pessoas do famigerado grupo (...), uma das influências políticas da atualidade impôs a destruição completa de nosso material e a prisão do seu proprietário!!! (...) Mas esperamos com paciência o decreto que faça cair por terra a lei da rolha, que está afrontando a nossa civilização! Esperamos o dia de amanhã, certos que esta nação democraticamente civilizada não pode suportar por muito tempo tanta ignomínia, tanto insulto, tanta afronta, lançada impunemente aos seus filhos. Esperemos...” (5 mar. 1893).

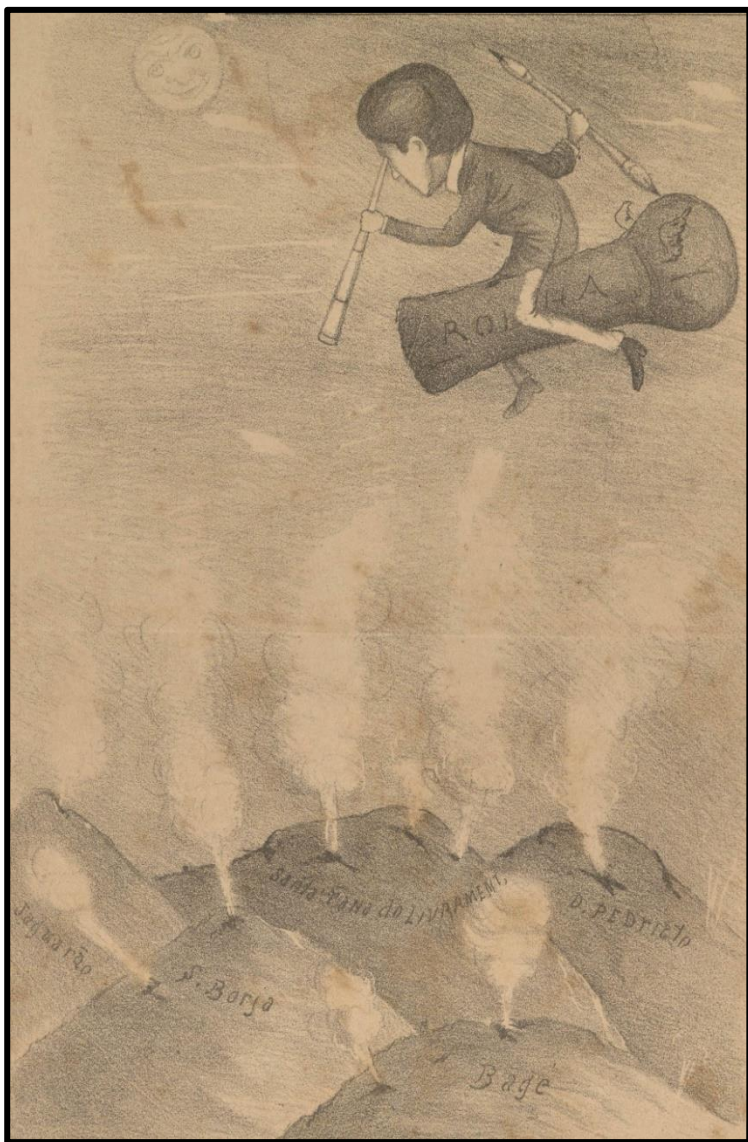
TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA ILUSTRADO- HUMORÍSTICA SUL-RIO-GRANDENSE



As manifestações do hebdomadário concernentes à liberdade de imprensa passaram seguidamente a concentrar-se na oposição à denominada “lei da rolha”, referindo-se às formas de controle direto e indireto sobre o jornalismo: “Hoje, botam-nos mordaca à boca, amanhã serão capazes de nos exterminar a estricnina”. Diante disso, questionava: “Devemo-nos curvar bestialmente ante a aviltante intimativa dos caudilhos da situação, porque a época é de legalidade, do respeito às leis e à Constituição?”; e prosseguia - “Continuem a

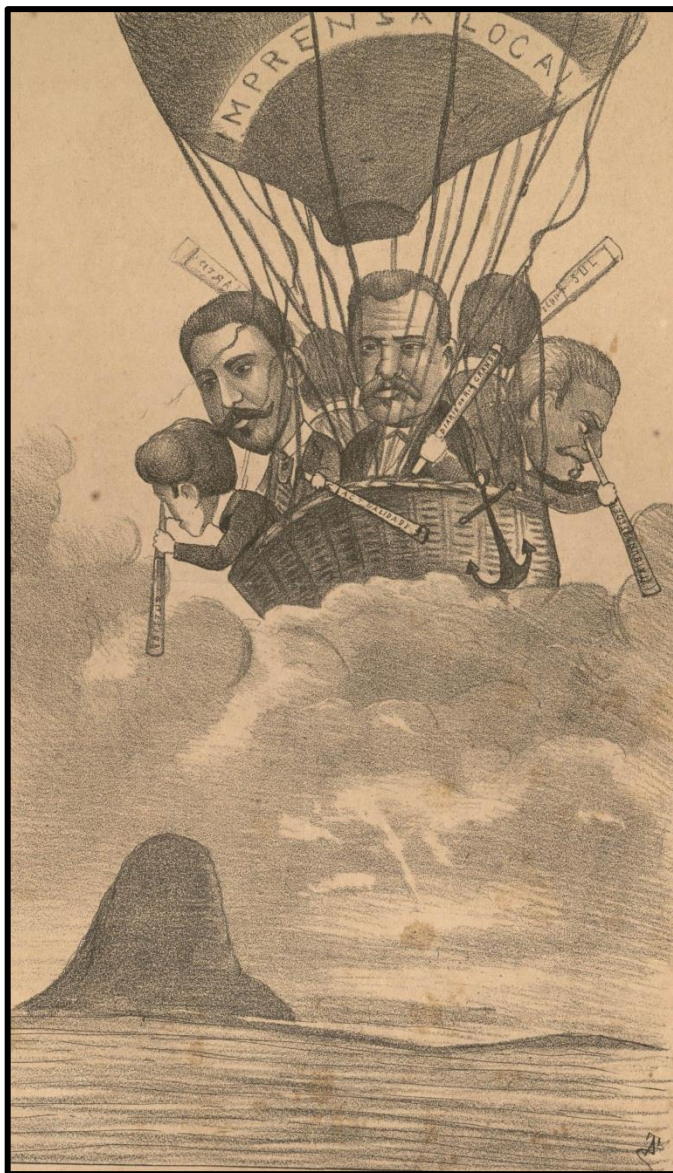
encarcerar aqueles que não vos aplaudem, desterrar, perseguir, mesmo degolar a quem vos não festeja”, entretanto, “o que não conseguirão é romper suas ideias, destruir seu propósito, deter sua marcha e avassalar sua moral e o seu ânimo”, uma vez que “para isso são impotentes”. Além disso, exclamava: “Confiantes no futuro, aguardamos, com os olhos voltados para os homens de coração e patriotas, que felizmente os há”, os quais “saberão bater-se em prol dos nossos direitos covardemente ultrajados”; bem como previa que “um dia cairá a nossa mordaca que servirá de mortalha a esse governo que não tem recurso, nem critério, nem patriotismo, nem opinião, nem iniciativa, nem coisa alguma” (26 fev. 1893). Nessa linha, o jornal publicou uma ilustração na qual o próprio redator, em uma “rolha alada”, sobrevoava as regiões da Campanha e da Fronteira, longe dos graves acontecimentos que lá se desenrolavam, em uma alusão à impossibilidade de noticiar tais fatos (16 abr. 1893). Diante da cena, exclamava ironicamente: *“Santo Deus!... O que vai lá por baixo!...Na verdade nos parece que o melhor é andarmos cá por cima, no mundo da lua, bem longe daquelas erupções vulcânicas.*

TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA ILUSTRADO-
HUMORÍSTICA SUL-RIO-GRANDENSE



O temor pelas perseguições acabaria por tornar-se realidade e, em julho de 1893, o proprietário/redator/caricaturista foi aprisionado, provocando uma interrupção de um mês na circulação do *Bisturi*, entre 2 de julho e 6 de agosto. Apesar da prisão do diretor, o *Bisturi* buscou permanecer combativo, defendendo suas posições político-partidárias anticastilhistas. Continuou também chamando atenção para a falta de liberdade de expressão que se agravava progressivamente. Mais uma vez com humor e perspicácia, o semanário mostrava a “imprensa local” pairando, acima dos acontecimentos (10 set. 1893). Em tal cenário, os diversos responsáveis pelas folhas rio-grandinas viajavam em um balão e observavam os fatos, sem que lhes fosse permitido noticiá-los ou comentá-los. A gravura aparecia sobre a legenda: “*Ascensão jornalística*”.

TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA ILUSTRADO-
HUMORÍSTICA SUL-RIO-GRANDENSE



Uma vez que a fiscalização/repressão sobre as atividades jornalísticas intensificava-se¹³, o semanário rio-grandino publicava um comentário humorado e sagaz sobre os cuidados que o seu responsável deveria tomar para manter a publicação circulando. Destacava, assim, o “mau estado de saúde de seu proprietário que se achava em uso de remédios prescritos pelo *Dr. Cautela*, formado em Ciências pela *Faculdade do Caldo de Galinha*” que receitara “mezinhas de dormideira e paciência ao ar livre, sem ofensas ao pudor” (15 set. 1893). Ainda que sob o controle direto das autoridades públicas governistas, o *Bisturi* procurou manter-se no combate por mais algumas edições. Esse comportamento, no entanto, durou apenas até o Decreto de 13 de Outubro de 1893, e suas restrições praticamente totais à liberdade de imprensa. Tal determinação do Governo Federal seria o divisor

¹³ A respeito do controle sobre a imprensa em âmbito local, o periódico denunciava as perseguições de uma “Guarda Republicana”. No artigo “Guarda dos distúrbios”, afirmava: “Não tem sido a digna mantenedora da ordem pública, nesta cidade, a intitulada Guarda Republicana, nascida ultimamente e organizada por conhecidos desordeiros, moços que têm nota de procedimento irregular em nossa polícia. Formada com tais elementos, que frutos pode dar essa árvore de armamento ambulante, senão os frutos verdes e amargos das desordens? (...) Tenhamos, pois, em mão segura, um bom revólver contra os assaltos de tais bandidos, armados para a defesa de uma instituição, cujos homens da ardente propaganda de outrora a prostituem com violências e crimes, que a história já registra para vergonha nossa” (10 set. 1893).

TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA ILUSTRADO- HUMORÍSTICA SUL-RIO-GRANDENSE

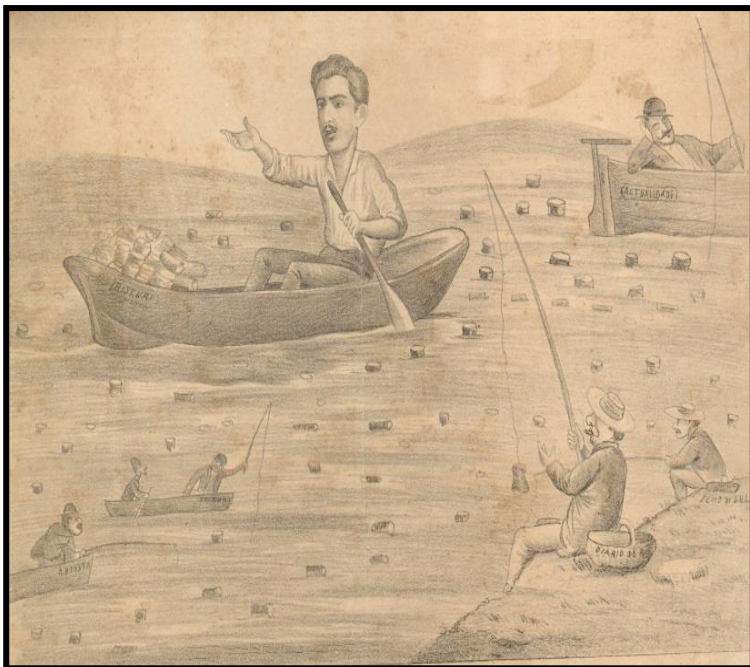
de águas para a conduta crítica do hebdomadário rio-grandino, pois, diante da nova legislação e das constantes ameaças, os comentários político-partidários e as notícias militares foram abandonados. Após mais uma interrupção, entre 15 de setembro e 21 de outubro, e, como “a intolerância dos governos marechalícios lhe tirasse a liberdade” (Lobato. p.19), o jornal passou a dedicar-se quase que exclusivamente, no último trimestre de 1893, à literatura, às atividades artísticas e até às credences populares¹⁴.

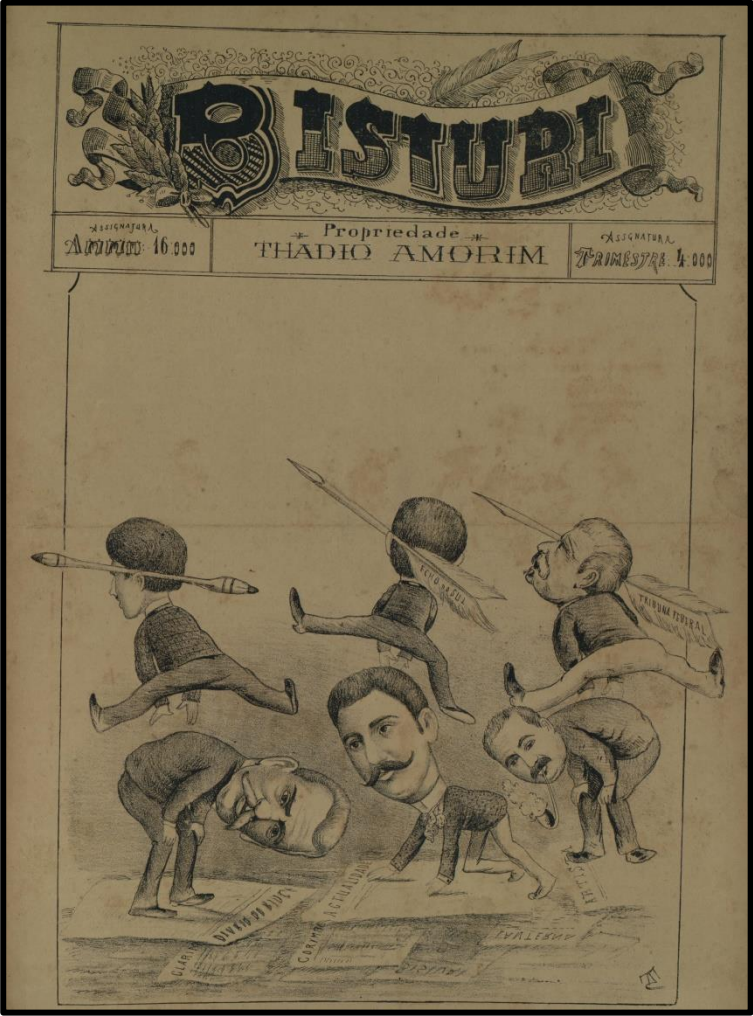
Em meio à legislação amplamente restritiva e o controle ameaçador, a folha rio-grandina se viu obrigada a abandonar sua linha editorial de crítica aos detentores do poder e silenciar diante dos assuntos político-partidários. Mesmo assim, o semanário não perdeu algumas poucas possibilidades de alfinetar aqueles que promoviam o sucumbir da liberdade de expressão, publicando caricaturas que lembravam a

¹⁴ Em suas últimas edições de 1893, tendo de abandonar completamente o seu norte editorial, o periódico chegou a criar novas seções, como “Caleidoscópio” e “Feitiçarias”, nas quais apresentava “simpatias” e “receitas”, tais como para “fazer-se amar pelas mulheres”, para “ganhar no jogo”, para “obrigar uma mulher a amar”, para “apressar um casamento” ou para “ver um ladrão em sonhos”. Apareciam também “adivinhações” e matérias como “Afugentar cobras”, “Lidar com cobras sem perigo” e “Figa que protege ao comerciante”. Ao dedicar-se a estes assuntos, mudando drasticamente a sua abordagem, a folha buscava também demonstrar a censura que estava impedindo a sua livre expressão.

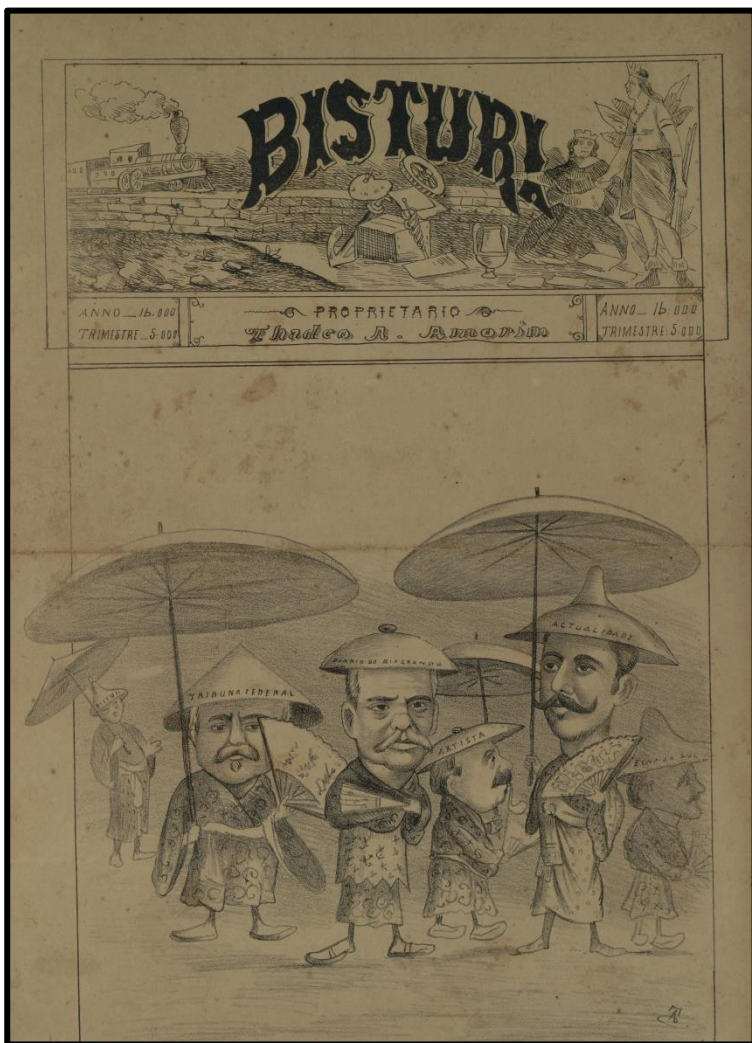
ferrenha censura sofrida pelo jornalismo de então. Em uma delas aparecia o responsável pelo *Bisturi*, junto a outros jornalistas rio-grandinos pescando “rolhas”, as quais lembravam a lei que impedia a imprensa de manifestar-se livremente (29 out. 1893). O desenho era explicado pela afirmação: “*A nossa imprensa continua a navegar num mar de ro... sas de cortiça*”. Na mesma linha, a 17 de dezembro de 1893, aparecia uma outra caricatura na qual o periódico caricato dava a entender que, apesar do grave quadro político do país, tendo em vista o cerceamento à liberdade de imprensa, só restara aos jornalistas rio-grandinos “brincar”, utilizando uma curta frase como legenda: “*E na falta de assunto*”. Na mesma linha, com pesada carga de ironia, uma caricatura mostrava o conjunto de jornalistas citadinos, em plena crise revolucionária, sem preocupar-se com a política ou com a guerra, preterindo tais temas em favor da questão do excesso de calor e das vestimentas, estando todos vestidos à japonesa, em uma cena plenamente *nonsense* (19 nov. 1893).

TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA ILUSTRADO-
HUMORÍSTICA SUL-RIO-GRANDENSE





TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA ILUSTRADO-
HUMORÍSTICA SUL-RIO-GRANDENSE



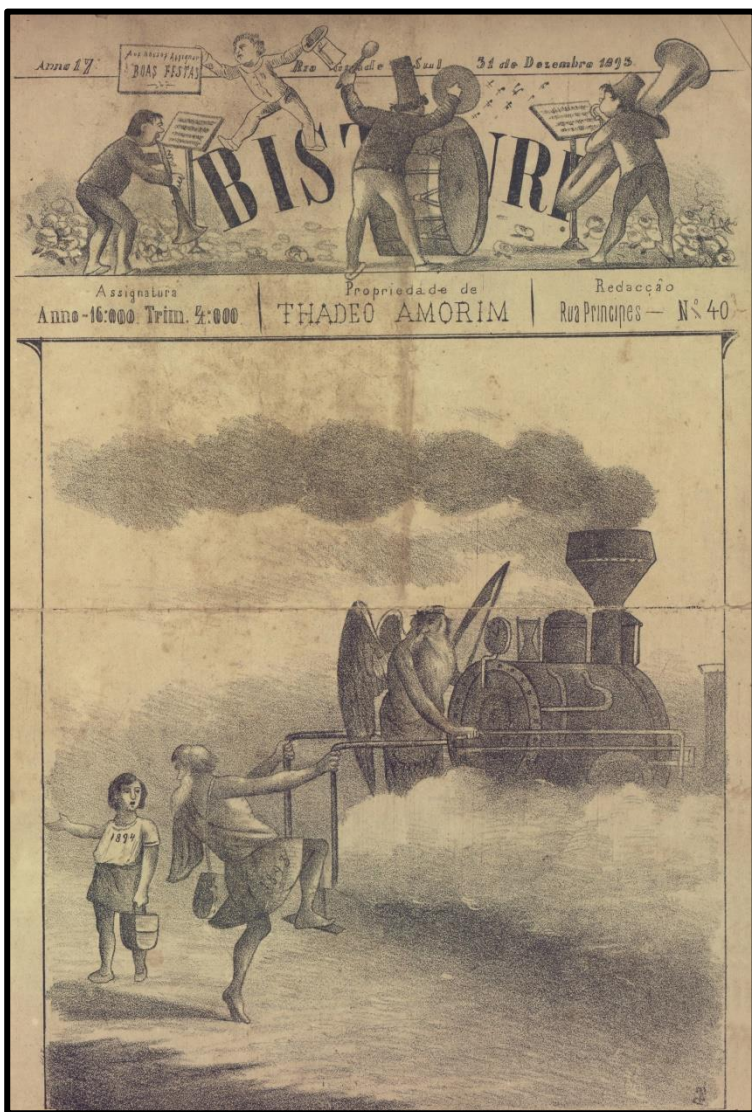
Assim, ao longo de mais de cinco anos, o *Bisturi* dedicou suas páginas ao debate partidário e político, defendendo as ideias e práticas dos liberais gasparistas. Com a mudança na forma de governo, durante os primeiros meses, o optou por abraçar a causa republicana, porém logo viria a decepção para com o autoritarismo dos novos governantes e o semanário romperia com eles, colocando-se na oposição, em luta pela “verdadeira república”. Assumia, desse modo, a missão de combater os governos “tirânicos”, “ditatoriais” e/ou “despóticos”, como se referia às práticas governativas de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, no âmbito federal, e Júlio de Castilhos, no contexto estadual. Anticastilhista ferrenho, o hebdomadário rio-grandino sustentou tal posição até quando lhe foi possível, assumindo uma postura não só oposicionista, mas também de resistência ao castilhismo e em defesa dos federalistas e da Revolução. Nesse quadro, mesmo tendo de silenciar seus pronunciamentos políticos, já nos estertores de sua existência como folha de circulação regular, o periódico manteve uma coerência discursiva quanto a suas convicções político-partidárias.

Com a retirada de sua seiva editorial, a sobrevivência do *Bisturi*, como folha de circulação regular, não seria longa, permanecendo até o final de 1893, embora viesse ainda a aparecer, de forma

TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA ILUSTRADO- HUMORÍSTICA SUL-RIO-GRANDENSE

extremamente irregular, esporádica e escassa até os primórdios do século XX. A última edição do semanário referente ao ano de 1893 (31 de dezembro), representava a passagem de ano, em que o “*Ano Velho*” despedia-se do “*Novo*”, procedimento comum à época nos jornais caricatos. A legenda que explicava este desenho encerrava em si a amargura do redator do hebdomadário diante da situação de praticamente anulação da liberdade de imprensa, bem como, representava também o final da fase áurea da imprensa caricata rio-grandina: “*O ‘relógio do tempo’ não tardará a marcar a hora fatal de minha partida, já nas ruas o povo me apedreja e ávido de novidades saúda, tocando em panelas velhas o ‘Ano’ que chega, sem mais querer saber do ‘Ano’ que parte! Paciência... culpa-me talvez do que é obra sua... Adeus, pequeno, de hoje a um ano te convencerás que não há nada mais cruel, nada mais ingrato, nada mais desumano do que a própria humanidade*”¹⁵.

¹⁵ Publicado originalmente em: *Biblos*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2000. v.12, p.29-42.



Referências bibliográficas

ALVES, Francisco das Neves. Imprensa e legislação no Brasil do século XIX. *Histórica*. Porto Alegre: APGH/PUCRS, 1996. v.1. p. 55-63.

ALVES, Francisco das Neves. O controle sobre a informação no Brasil: imprensa e legislação em 1923. In: ALVES, Francisco das Neves & TORRES, Luiz Henrique (orgs.). *Imprensa & história*. Porto Alegre: APGH/PUCRS, 1997. p. 52-57.

CALDAS, Honorato. *A desonra da República*. Rio de Janeiro: Tipografia Moraes, 1895.

CHEVALIER, Jean. & GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. 5.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

CIRLOT, Juan-Eduardo. *Dicionário de símbolos*. São Paulo: Ed. Moraes, 1984.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

FRANCA, Geminiano da. *A imprensa e a lei*. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco Filho Editor, 1936.

LEITE FILHO, Solidônio. *Comentários à lei de imprensa*. Rio de Janeiro: Editora J. Leite & Cia., 1925.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. *O problema da imprensa*. Rio de Janeiro: Álvaro Pinto Editor, 1923.

LOBATO, Monteiro. A caricatura no Brasil In: *Ideias de Jeca Tatu*. São Paulo: Brasiliense, 1946.

OSÓRIO, Joaquim Luís. *Constituição Política do Estado do Rio Grande do Sul: comentários*. Brasília: Ed. da UnB, 1981.

SEABRA JÚNIOR, Gregório Garcia. *Delitos de imprensa*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro, 1924.



Athos Damasceno Ferreira: a cultura e a caricatura sul-rio-grandense (esboço historiográfico)

O presente trabalho se propõe a elaborar uma análise teórica da produção histórico-intelectual de Athos Damasceno Ferreira, voltada ao estudo das mais variadas manifestações culturais do Rio Grande

do Sul, no século passado, evidenciando os escritos dedicados à imprensa ilustrado-humorística de natureza crítico-caricata. Ele está dividido em três partes: a primeira destaca alguns dados biográficos sobre o autor, notadamente de sua formação educacional e profissional, além de apontar o contexto histórico-historiográfico, no qual se inseriu a sua obra; a segunda apresenta um breve apanhado a respeito do conjunto da produção histórica de Damasceno; e a terceira analisa a abordagem do autor sobre a caricatura expressa por meio da imprensa, representada pelos livros *Jornais críticos e Humorísticos de Porto Alegre no Século XIX* e *Imprensa Caricata do Rio Grande do Sul no Século XIX*.

Dedicando-se ao estudo de diversos assuntos ligados à “cultura” sul-rio-grandense, como teatros, artes plásticas, jornais e sociedades literárias, indumentária, carnaval, bibliotecas e jornais caricatos, críticos e humorísticos, paralelamente às suas atividades literárias (poesias, contos, novelas e crônicas), Athos Damasceno empreendeu uma vasta obra, conquistando o reconhecimento como erudito e representando o “intelectual”, segundo os conceitos inerentes à época de sua atuação.

Assim, a construção desta análise se desenvolve a partir da articulação e inter-relação entre os aspectos biográficos, o contexto histórico-

TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA ILUSTRADO- HUMORÍSTICA SUL-RIO-GRANDENSE

historiográfico do autor e a sua produção histórico-intelectual como um todo; refletindo, através de seus escritos, sobre suas posturas, convicções, visões de mundo e estilo, de modo a abordar, na forma de um estudo de caso, o seu enfoque para o objeto imprensa ilustrado-humorística gaúcha, cuja principal característica foi o uso da arte caricatural e a prática da crítica.

Aspectos biográficos e contextualização histórico-historiográfica

Athos Damasceno Ferreira nasceu a 3 de setembro de 1901 (embora o registro civil mencione o ano de 1902), na cidade de Porto Alegre. Estudou no Colégio Nossa Senhora das Dores, no Ginásio Nossa Senhora do Rosário e, entre 1908 e 1914, após frequentar durante um ano e meio a Escola dos Irmãos Maristas, recebeu lições de um professor particular. Em 1915, ainda em Porto Alegre, matriculou-se no curso de preparatórios dirigido pelo Professor Emílio Meyer, concluindo aí o estudo de Humanidades, em 1919. Chegou a cursar a Faculdade

de Direito do Rio de Janeiro, não vindo, porém, a concluir o curso¹⁶.

Sua carreira de escritor começou na década de vinte, atuando, a partir daí, nas mais variadas frentes, sendo poeta, cronista, jornalista, romancista, pesquisador, crítico e historiador. Ainda no ano de 1922, ele “figurou entre os mais jovens participantes do grupo da Praça da Harmonia, ao lado de Eduardo Guimarães, remanescente do grupo da Praça da Caridade”. Mais tarde, “ligou-se à roda da Livraria do Globo, na qual, juntamente com Augusto Meyer” viria a se aproximar “de Mansueto Bernardi e dos críticos João Pinto da Silva e Moysés Vellinho, este no início também de sua carreira”¹⁷.

Nessa época, o Rio Grande do Sul apresentava “um ambiente cultural bastante limitado”, porém algumas transformações já se faziam notar e, “mesmo em face de tais limitações de produções intelectuais, a década de 1920, na capital

¹⁶ Os dados biográficos sobre Athos Damasceno Ferreira foram elaborados a partir de: CESAR, Guilhermino. Introdução e biobibliografia. In: FERREIRA, A. D. *Poesias reunidas*. Porto Alegre: Globo, 1979. p. 11-22.; MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/IEL, 1978. p. 175-6.; e MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1978. v.6 p. 234 e 373, v.7 p. 60 e 178.

¹⁷ CESAR. p.11.

TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA ILUSTRADO- HUMORÍSTICA SUL-RIO-GRANDENSE

gaúcha, apresentou significativa efervescência”¹⁸. Também nesse momento, a produção historiográfica passava por mudanças, pois “a definição do significado dos estudos históricos, de seu objeto, de sua função, bem como a delimitação das tarefas do ‘historiador’”, promovida “por intelectuais vinculados às ‘instituições da cultura’”, traziam por resultado um “aprofundamento do processo de ‘institucionalização’ da historiografia rio-grandense”¹⁹.

Mesmo assim, “naquela conjuntura, ainda não havia uma definição sequer” da atividade de “historiador”, e “o que estava ocorrendo era exatamente esse processo de institucionalização da disciplina e do próprio intelectual a ela dedicado”. Dessa maneira, a categoria fundamental de referência”, na qual Athos Damasceno esteve inserido, permanecia “sendo a de intelectual, no sentido gramsciano, com atribuições conectivas e/ou organizativas”²⁰.

Assim, o início da carreira de Damasceno ocorreu em um momento de grande atribulação

¹⁸ GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992. p. 23.

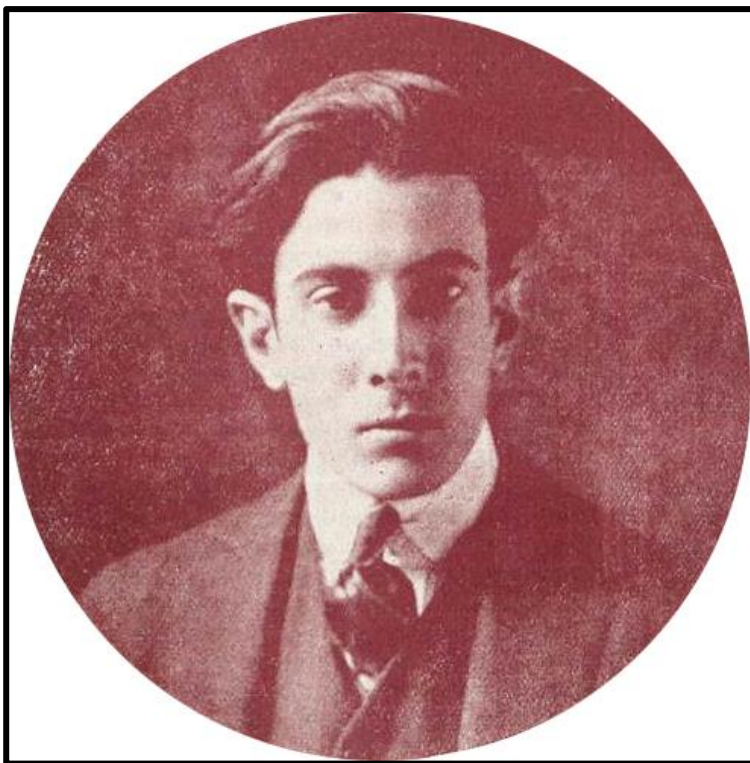
¹⁹ ALMEIDA, Marlene Medaglia. *Introdução ao estudo da historiografia sul-rio-grandense*. Porto Alegre: UFRGS, Pós-Graduação em Antropologia, Ciência Política e Sociologia, 1983 (Dissertação de Mestrado), mimeo. p. 167.

²⁰ ALMEIDA. p. 333.

política, marcado pela crise dos anos vinte, em que se engendraram os elementos que, a partir da década de trinta, estabeleceriam a derrocada da República Velha. Também no campo ideológico-cultural, essa época é prenhe em transformações, notadamente a partir do movimento modernista, do qual o autor foi um dos representantes no Rio Grande do Sul, notadamente no que tange à sua produção intelectual mais intimamente ligada à literatura²¹.

²¹ Sobre a inclusão de Athos Damasceno entre os modernistas, Guilhermino Cesar observa: “embora não fizesse caso disso, o estreante de 1922 foi um dos primeiros poetas modernistas do Rio Grande do Sul, menos na intenção do que mesmo no seu modo de ser íntimo”. CESAR. p. 12. A contemporaneidade de Damasceno com o movimento modernista pode ser observada no quadro comparativo entre a História do Rio Grande do Sul”, a “História da Literatura Brasileira” e a “História da Literatura Sul-Rio-Grandense”, elaborado em: ZILBERMAN, Regina. *A Literatura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 155-157.

TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA ILUSTRADO-
HUMORÍSTICA SUL-RIO-GRANDENSE



- Athos Damasceno Ferreira -

Essa associação de Damasceno às ideias modernistas, também exerceu, de certo modo, influência na sua produção histórica, uma vez que, a partir da segunda década dos Novecentos, devido às rápidas transformações econômicas e aos impulsos das mudanças culturais e técnicas, a historiografia passou a não querer “só estudar o passado colonial”, mas sim a “aproximar-se do presente, da fase

nacional”, fosse “por interesse de usar o ‘passado utilizável’”, fosse “pela superação catártica do colonial pelo nacional”²².

Paralelamente à carreira de escritor, Athos Damasceno foi funcionário público, atuando na Secretaria do Interior do Estado do Rio Grande do Sul, a partir de 1927. Em 1945, assumiu a chefia de gabinete do Secretário de Educação do Estado, permanecendo na Secretaria de Educação até sua aposentadoria, com função de Diretoria, em 1966. Foi ainda membro fundador e presidente da Fundação Eduardo Guimarães, diretor do Departamento de Ciência e Cultura e do Instituto Estadual do Livro, sendo também eleito, em 29 de outubro de 1957, membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Atuou ainda como jornalista, colaborando com diversos periódicos, como *Jornal da Manhã*, *Correio do Povo* e *Diário de Notícias* e as revistas *Máscara*, *Madrugada*, *Kosmos*, *Revista do Globo*, *Província de São Pedro*, *Tribuna Ilustrada* e *Estudos*.

²² RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil: introdução à metodologia*. 5.ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1978. p. 34-35.

TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA ILUSTRADO-
HUMORÍSTICA SUL-RIO-GRANDENSE



- Athos Damasceno Ferreira -

A produção intelectual de Damasceno foi vasta, elaborando, entre poesias, crônicas, romances e ensaios históricos, textos que compuseram aproximadamente vinte e cinco livros, além de diversos artigos, trechos de livros e traduções. Escreveu até sua morte, ocorrida em Porto Alegre, a 14 de abril de 1975, deixando ainda material para publicações póstumas. Suas obras de cunho histórico foram marcadas pelo contexto político no qual foram escritas, notadamente pelo autoritarismo da ditadura estado-novista e seus reflexos durante a transição democrático-populista, até a volta do Estado autoritário com no pós-1964; ficando nelas evidenciadas as influências do “controle” do Estado, seja pela regulamentação e fiscalização das manifestações culturais, seja pela formulação de um aparelho ideológico-cultural próprio.

As pesquisas históricas de Athos Damasceno direcionaram-se ao estudo das manifestações culturais do Rio Grande do Sul no século XIX, como descreve Guilhermino Cesar: “a contar do decênio de 40” Damasceno dedicou-se “a obras de cunho histórico”, estudando “mais longamente a grande imprensa, as artes plásticas, os jornais nanicos da imprensa caricata, a imprensa literária, o teatro, a vida urbana, os circos, os salões”; o escritor direcionou “seu interesse pela arte viva do povo: a decoração das casas, edifícios e recintos públicos, o carnaval, desenhistas, pintores,

TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA ILUSTRADO- HUMORÍSTICA SUL-RIO-GRANDENSE

escultores, arquitetos, entalhadores, caricaturistas” e, “em resumo, por todas as manifestações de arte comumente acessíveis ao receptor anônimo das ruas”; de modo que, “em pouco tempo, se tornou um dos mais agudos observadores de campo, no terreno da sociologia prática em todo o país²³.

Guilhermino Cesar teceu ainda considerações sobre a “contribuição” histórica de Athos Damasceno Ferreira, destacando que a mesma se revelaria com maior evidência, a partir da realização de estudos interdisciplinares, pois, “com o correr do tempo, à medida que formos caminhando com mais segurança na rota da etnografia” e “no momento em que a manipulação do passado for devidamente valorizada, em termos de antropologia social aplicada”, a partir desse “dia o nome de Athos Damasceno será mais festejado e o seu pioneirismo unanimemente exaltado”²⁴. A análise da produção histórico-intelectual de Athos Damasceno Ferreira permite estabelecer os parâmetros da influência exercida, na elaboração de suas obras, pela sua formação educacional-profissional, bem como pelo contexto histórico-historiográfico no qual escreveu.

²³ CESAR. p. 15 e 17.

²⁴ CESAR. p. 17.

A produção histórico-intelectual

Ao lado de uma incessante elaboração de obras literárias²⁵, Athos Damasceno desenvolveu amplos projetos históricos que floresceram a partir dos anos quarenta, tornando-se cada vez mais numerosos nas duas décadas seguintes. A investigação de sua produção histórico-intelectual em suas características intrínsecas como estilo, visões de mundo, relação sujeito-objeto e distinções/omissões diante dos fatos e/ou assuntos, possibilita a elaboração de uma análise dessa mesma produção²⁶.

²⁵ Dentre sua vasta obra literária podem ser destacada: *No Turbilhão* (1922), *Poemas do Sonho e da Desesperança* (1925), *Livro de Horas* (1926), *Lua de Vidro* (1930), *Poemas de Minha Cidade* (1936), *Moleque* (1938), *Imagens Sentimentais da Cidade* (1940), *Menininha* (1941), *Chininha e Quadrinhos Urbanos* (1945), *Recreio da Estação* (1946), *Ilhota* (1948), *As Lembranças* (1949), *Ballo in Maschera* (1952), *Trunfas, Caipis e Tipós* (1954), *Páginas Esquecidas* (1957), *O Homem Efêmero* (1965), *Foguinho* (1966) e *Persianas Verdes* (1967).

²⁶ Segundo Peter Gay “instrutivas que sejam a escolha de técnicas de expressão e a coloração inconsciente da narrativa, o hábito do historiador em pesquisar e apresentar provas – seu estilo profissional – oferece, porém, outros indícios significativos. É um convite a inferências mais sutis e mais abrangentes do que os juízos sobre sua competência ou afã”. GAY, Peter. *O estilo na História*. São Paulo: Companhia. das Letras, 1990. p. 22-23.

TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA ILUSTRADO- HUMORÍSTICA SUL-RIO-GRANDENSE

Damasceno teve por referencial para pesquisar/historiar um ponto no espaço – o Rio Grande do Sul –, um outro no tempo – o século XIX – e um objeto – diversas das manifestações culturais (imprensa crítico-caricata e literária, teatros, palcos, salões, picadeiros, indumentária, sociedades literárias, carnaval, artes plásticas, fotografia, gabinetes de leitura e bibliotecas), ocorridas em tal espaço/tempo. Uma das características essenciais da obra histórica do autor foi a abordagem narrativa, de acordo com a tendência historiográfica na qual se inseriram os escritos de Damasceno, e esse caráter narrativo de suas obras identifica-se com a perspectiva segundo a qual a narrativa “designa a organização de materiais numa ordem de sequência cronológica e a concentração do conteúdo numa única história coerente embora possuindo sub-tramas”, de maneira que a “história narrativa se distingue da história estrutural por dois aspectos essenciais”, ou seja, “sua disposição é mais descritiva do que analítica e seu enfoque central diz respeito ao homem e não às circunstâncias”, tratando ela “do particular e do específico, de preferência ao coletivo e ao estatístico”²⁷.

²⁷ STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história. *Revista de História*. n. 2/3. Campinas: UNICAMP, 1991. p. 13-14.

Ao eleger sua matéria de estudo, Athos Damasceno buscou tratá-la de forma objetiva e, de modo geral, impessoalmente, sendo suas opiniões escassamente emitidas. Suas obras caracterizaram-se por uma descrição linear, com uma montagem notadamente cronológica dos eventos e a preocupação em apontar os precursores em cada manifestação cultural estudada. Aferrado na procura das fontes, Damasceno só considerava válida a informação devidamente comprovada através do documento escrito. Os fatos por ele abordados são tratados como episódios únicos e isolados, sem inter-relacionamento entre eles, ou deles com o contexto político, social, econômico ou ideológico no qual se desenvolveram. Uma breve consideração sobre cada uma de suas produções histórico-intelectuais permite a identificação dessas características.

O primeiro escrito histórico de Damasceno foi publicado em 1944, era um opúsculo intitulado *Jornais Críticos e Humorísticos de Porto Alegre no Século XIX*, o qual será abordado mais adiante. Já em 1956, publicou *Palco, Salão e Picadeiro em Porto Alegre no Século XIX*, uma obra bem mais ampla, na qual, ao longo de cinquenta e um capítulos, narrou descritivamente e através de uma organização cronológica as mais variadas formas de manifestação cênica da capital rio-grandense, durante os Oitocentos, dentre elas, tablados ao ar livre, teatros,

TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA ILUSTRADO- HUMORÍSTICA SUL-RIO-GRANDENSE

músicas, casas de ópera, casas de comédia, sociedades culturais, companhias líricas e dramáticas. O autor apresenta como fontes: jornais, revistas e outros periódicos ilustrados, revistas musicais, almanaques e arquivos, além de livros, monografias, folhetos, reminiscências e notícias de autores como Aquiles Porto Alegre, Arsène Isabelle, João Pinto da Silva, Ronald de Carvalho, Silvio Romero e Walter Spalding.



TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA ILUSTRADO- HUMORÍSTICA SUL-RIO-GRANDENSE

Em *Palco, Salão e Picadeiro* aparece uma importante característica das produções históricas de Damasceno, ou seja, o apoio institucional do Estado para a realização de suas obras. Nessa linha, declarava que “o autor desse livro agradece aos ex-governadores do Estado bem como ao Secretário do Interior e Justiça” pelo “apoio que deram aos trabalhos de pesquisa histórica, de que resultaram a presente monografia e outras que oportunamente serão dadas à publicidade”. De acordo com tal perspectiva, prosseguia agradecendo ainda aos diretores da “Divisão de Cultura da Secretaria de Educação” que “propuseram e obtiveram” autorização para que “fosse esta edição auspiciada pelo Governo”²⁸. Desse modo, o auxílio governamental se dava através do apoio financeiro e da possibilidade do autor também dispor de pelo menos parte de seu “tempo profissional”, como funcionário público, para dedicar-se a suas pesquisas. Esse aspecto vinha ao encontro do pensamento do próprio Athos Damasceno, que considerava como uma das atribuições do Estado o apoio e o incentivo à cultura.

Guilhermino Cesar, que viria a ser o biógrafo do Athos, destacou a importância desse livro, assim como a necessidade de novos estudos que viessem a

²⁸ FERREIRA, Athos Damasceno. *Palco, salão e picadeiro em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: Globo, 1956. p. 381.

complementar o mesmo, afirmando que deveria se anotar “o bom exemplo que nos deu” Damasceno Ferreira, o qual, “em longas buscas na imprensa, encontrou material abundantíssimo para o seu livro ‘Palco, Salão e Picadeiro em Porto Alegre no Século XIX’, súpula do que de principal ocorreu nesse período, com relação ao objeto de seu estudo”, de modo que era “imprescindível” que se viesse a “continuá-lo, já com o objetivo de submeter a exame crítico mais demorado as mesmas peças que jazem por ali”²⁹.

Nas décadas de cinquenta e sessenta, Athos Damasceno participou do curso “Fundamentos da Cultura Rio-Grandense”, organizado pela Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, visando ao “aprimoramento dos professores de nível secundário, e aos estudos” que procuravam “conhecer e dar a conhecer a todos” o que era “o Rio Grande do Sul”. Dessa forma, a Faculdade tinha ainda por objetivo “fornecer ao homem e ao povo” do “Estado, o auxílio e os conhecimentos de que ele (necessitava) para saber de onde veio”, onde estava e como deveria “agir para se por realmente em ligação com a terra e com os seus semelhantes”. Aquela instituição também pretendia “dar ao Estado uma contribuição mais

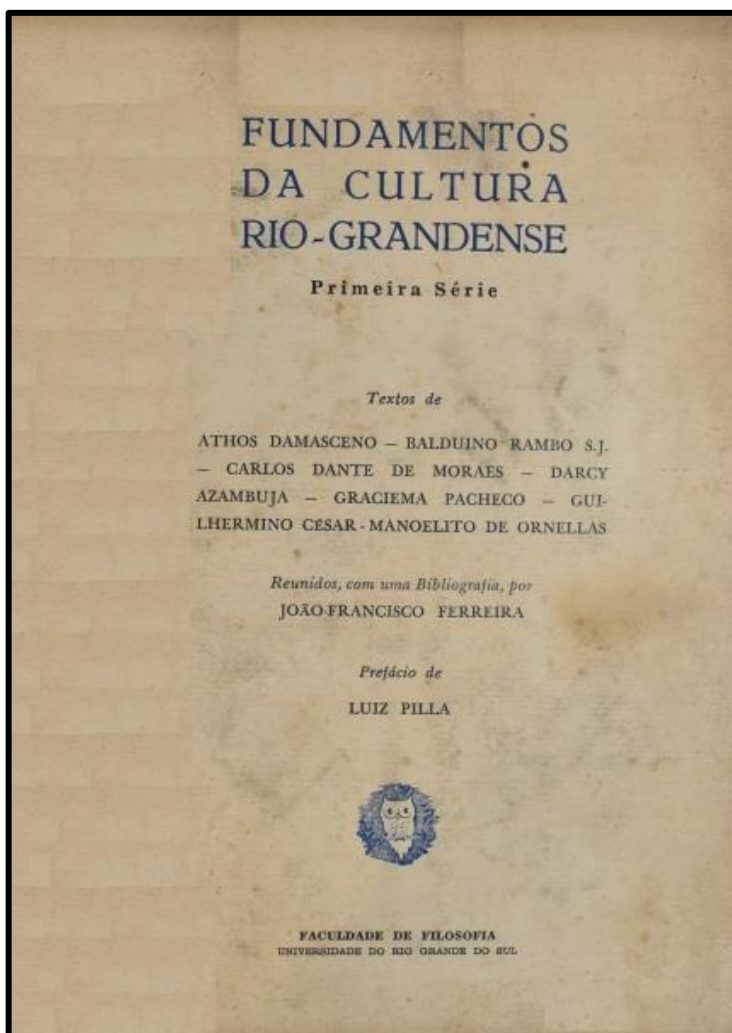
²⁹ CESAR, Guilhermino. *História da Literatura no Rio Grande do Sul*. 2.ed. Porto Alegre: Globo, 1971. p. 260.

TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA ILUSTRADO- HUMORÍSTICA SUL-RIO-GRANDENSE

ordenada, mais firme e duradoura, revelando-se no que ela” desejava “ser: um órgão vivo, real e objetivo”, tendo “uma ação direta e eficaz sobre o ambiente em que está edificada”. Assim, no “Fundamentos”, foram reunidos “os mais destacados especialistas das ciências e das artes do Rio Grande”, para, com um caráter “inovador”, substituir os “‘mitos’, erros e equívocos por aquilo que uma real pesquisa e uma justa interpretação” concluiriam como “verdadeiro”, promovendo, em síntese, “um trabalho realmente universitário” e fazendo da Faculdade “um centro de mais efetiva e arejada cultura”³⁰.

Tal curso se estendeu por cinco etapas denominadas de “séries”, em 1954, 1957, 1958, 1960 e 1962 e, em cada uma delas, foram publicadas as palestras correspondentes, tornando-se um marco referencial na historiografia sul-rio-grandense. A participação de Damasceno nesse evento, mesmo que o autor não fosse portador de um curso superior, demonstrava o amplo reconhecimento do mesmo como “intelectual” e pesquisador; e esse aspecto fica ainda mais evidente, tendo em vista a sua presença em três das cinco “séries” do “Fundamentos”.

³⁰ PILLA, Luís. Prefácio. In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1954/1957. (primeira e segunda séries).



TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA ILUSTRADO- HUMORÍSTICA SUL-RIO-GRANDENSE

Na primeira série, em 1954, Damasceno publicou *O Teatro em Porto Alegre no Século XIX*, considerado “mais de que uma condensação”, como sendo “um apanhado resumidíssimo do livro *Palco, Salão e Picadeiro*”, na época ainda inédito³¹. Nesse artigo, o autor descreve as origens, experiências e diversas tentativas para o estabelecimento de atividades teatrais na capital da Província (Estado), além de trazer uma relação das principais obras de teatro do Rio Grande do Sul no século XIX.

Já em 1957, na segunda série, Athos escreveu *Apontamentos para o Estudo da Indumentária no Rio Grande do Sul*, no qual apontou as origens do objeto estudado com os açorianos, descrevendo as vestimentas desses e de outras correntes migratórias/imigratórias que formaram a população rio-grandense, como paulistas, vicentistas, lagunistas e alemães, dedicou ainda especial atenção ao vestuário dos indígenas e dos escravos. Utilizou como fontes os escritos de “viajantes”, como Luccock, Saint-Hilaire, Koseritz e Avé-Lallemant, dos padres Luiz Gonzaga Jaeger, Carlos Teschauer e Diogo de Boroa; e outros escritores como Cezimbra Jacques, Aurélio Porto e Aquiles Porto Alegre, além das informações

³¹ FERREIRA, Athos Damasceno. O teatro em Porto Alegre no século XIX. In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1954. (primeira série). p. 87.

contidas nos jornais. Nesse artigo, o autor deixava transparecer sua preocupação com o documento escrito como fonte, ao explicar a importância dos anúncios de jornais para o conhecimento da indumentária dos escravos, afirmando: “Não queremos ir muito longe na arenga. Mas, para que não surjam dúvidas acerca da lisura do escriba”, deveria ficar “o leitor sabendo, por exemplo...”, e prossegue transcrevendo um anúncio³².

Athos Damasceno participou ainda da última série do curso “Fundamentos”, em 1962, proferindo a palestra *Sociedades Literárias em Porto Alegre no Século XIX*, na qual destacou os clubes, as sociedades, os grêmios, os institutos, os jornais e as revistas literárias, concluindo com um levantamento quantitativo, vindo a destacar que em trinta e dois anos (1868-1900), a cidade de Porto Alegre “de menos de cem mil habitantes” havia possuído trinta e seis sociedades literárias. No artigo correspondente, Damasceno deixou mais uma vez claros os seus objetivos ao escrever sobre a cultura rio-grandense, fixando como seu “ponto de partida” o de realizar “um esforço no sentido de deslocar, agora no amplo e desafogado

³² FERREIRA, Athos Damasceno. Apontamentos para o estudo da indumentária no Rio Grande do Sul. In: *Fundamentos da Cultura Rio-Grandense*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1957. (segunda série). p. 83.

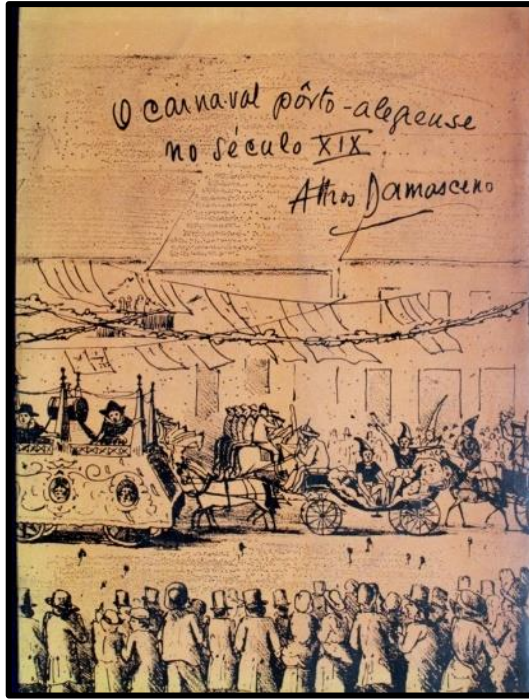
TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA ILUSTRADO- HUMORÍSTICA SUL-RIO-GRANDENSE

âmbito popular”, as suas “preocupações e possibilidades de criação, com o aproveitamento e valorização das virtudes nativas, embora escassas, em benefício da cultura original”³³.

Também em 1962, Damasceno publicou o livro *Imprensa Caricata do Rio Grande do Sul no Século XIX*, que será analisado mais adiante. A carreira de historiador prosseguiria no início da década de setenta, com a publicação de *O Carnaval Porto-Alegrense no Século XIX*, na qual o apontava as origens do Carnaval, em um processo que começaria pelo Entrudo, passaria pelo Carnaval propriamente dito e retornaria, ao final do século, às práticas do Entrudo; destacando também as sociedades e as marchas carnavalescas. Para tanto, utilizou-se dos jornais como fonte, inclusive as imagens dos periódicos caricatos. Nessa obra, ele ainda demonstrava uma contemplação pelo passado e até uma nostalgia pelos “tempos que não mais voltarão”; deixava também transparecer um pensamento conservador quanto aos “excessos” das camadas populares nas manifestações artístico-culturais rio-grandenses daquele período³⁴.

³³ FERREIRA, Athos Damasceno. Sociedades literárias em Porto Alegre no século XIX. In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1962. (quinta série). p. 67.

³⁴ A este respeito, o autor destaca: “Realmente Porto Alegre não era mais a mesma. Em 1900, desaparecidas de cena todas



as sociedades carnavalescas do passado (...) cai a capital sob o domínio absoluto do Entrudo (...). O povo satisfeito de uma liberdade de que nunca soube, não sabe e jamais saberá usar, esquece o espetáculo que, ainda em tempos recentes, os préstitos pomposos lhe proporcionavam. E descamba, feliz, na molhada niveladora. Nada de carros alegóricos! Nada de desfiles triunfais! (...) Bem, o outro Carnaval chega ao último ano da centúria reduzido a um tal grau de decadência que, se o próprio Deus da Folia aparecesse no meio da multidão [e] perguntasse - 'Vocês me conhecem?' - ninguém o reconheceria...". FERREIRA, Athos Damasceno. *O carnaval porto-alegrense no século XIX*. Porto Alegre: Globo, 1970. p. 124-125.

TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA ILUSTRADO- HUMORÍSTICA SUL-RIO-GRANDENSE

Athos lançou ainda em 1971, a obra *Artes Plásticas no Rio Grande do Sul (1755-1900)*, na qual abordou as artes entre os indígenas e nas missões, as igrejas como manifestações artísticas, o ensino oficial e as artes plásticas, exposições e mostras artísticas, além de arrolar dados sobre mais de cento e trinta artistas, entre pintores, escultores, litógrafos, cenógrafos e caricaturistas que atuaram no Rio Grande do Sul. Em 1973, foi publicado *Gabinets de Leitura e Bibliotecas do Rio Grande do Sul no Século XIX*, no qual Athos Damasceno destacava o valor dessas instituições na propagação cultural, afirmando que era “evidente escusado encarecer a importância do papel desempenhado pelas bibliotecas”, quanto à “valorização do homem e da sociedade”, de forma que, “tornando o livro acessível ao leitor em geral, essas instituições atraem e estimulam a curiosidade dos espíritos”, vindo a propiciar ativar “a evolução da cultura que vai buscar e encontrar nelas os recursos mais variados e efetivos para o seu aprimoramento”³⁵.

³⁵ FERREIRA, Athos Damasceno. *Gabinets de leitura e bibliotecas do Rio Grande do Sul no século XIX*. Porto Alegre: Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Sul/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais/MEC, 1973. p. 9.



TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA ILUSTRADO-
HUMORÍSTICA SUL-RIO-GRANDENSE

ATHOS DAMASCENO FERREIRA

GABINETES DE LEITURA E BIBLIOTECAS
DO
RIO GRANDE DO SUL
NO SECULO XIX

CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS
EDUCACIONAIS DO SUL
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E
PESQUISAS EDUCACIONAIS M. E. C.
PORTO ALEGRE-RS-BRASIL

Nessa obra de 1973, Damasceno utilizou basicamente os jornais como fonte, além dos documentos das próprias instituições, chegando a transcrever na íntegra algumas de suas atas. O autor preocupou-se em destacar o pioneirismo também quanto aos gabinetes de leitura, dedicando ainda, especial atenção ao gabinete da cidade do Rio Grande que se tornaria a Biblioteca Rio-Grandense. Confirmou sua posição quanto à importância da biblioteca, considerando que a mesma servia “para recrear o espírito e instruir-se”³⁶. Mais uma vez, ficava evidenciada sua convicção quanto ao papel do Estado na manutenção das atividades e instituições culturais, ao defender que aquilo que “então interessava realmente à cidade não era um gabinete de leitura” privado, “mas a criação e instalação de uma biblioteca pública, mantida pelo governo e entregue, sem ônus de qualquer natureza, ao uso da população em geral”³⁷.

Damasceno noticiou, assim, a existência de dez bibliotecas ou gabinetes no Rio Grande do Sul do século XIX, nas seguintes cidades: Rio Grande (criado em 1846), Rio Pardo (1873), Pelotas (1875), São Gabriel (1876), Itaqui (1877), Porto Alegre (1877), Canguçu (1881), São Borja (1882), Bagé (1883) e Santa Maria

³⁶ FERREIRA. Gabinetes... p. 20.

³⁷ FERREIRA. Gabinetes... p. 30.

TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA ILUSTRADO- HUMORÍSTICA SUL-RIO-GRANDENSE

(1886) e concluía, manifestando certa crítica, pois seu levantamento destacara a natureza de cada uma das instituições, ou seja, nove eram privadas, sustentadas por subscrição de ações ou contribuições, ou mantidas por sociedades recreativas ou mundanas e “apenas” uma era oficial, mantida com verbas públicas.

As comemorações da XV Semana de Porto Alegre levaram à publicação, em 1974, de *Colóquios com a Minha Cidade*, uma série de pequenos artigos independentes, nos quais o autor historia mais diretamente em dois deles. O primeiro era *Fotógrafos em Porto Alegre no Século XIX*, narração preocupada em ordenar cronologicamente o foco de estudo. Já o segundo voltava-se à descrição da visita de um “viajante” à cidade, com *Arsène Isabelle em Porto Alegre*. Nos outros escritos do mesmo livro, Damasceno não abordou assuntos com o característico “rigor histórico”, fazendo uma associação entre aspectos literários e históricos em: *Sacadas e Sacadinhas Porto-Alegrenses*, *Breve Notícia e Ligeiras Considerações acerca da Arte Doceira no Rio Grande do Sul*, *Natal e Reis na Cidade de Outrora* e *Gambirus por estas Bandas (Provocação ao Estudo da Economia e da Sociologia da Cerveja no Rio Grande do Sul)*³⁸.

³⁸ FERREIRA, Athos Damasceno. *Colóquios com a minha cidade*. Porto Alegre: Globo, 1974.

No ano da morte de Athos Damasceno, 1975, ainda foram lançados dois livros contendo seus escritos. Um deles foi *O Teatro São Pedro na Vida Cultural do Rio Grande do Sul*, no qual também aparecem textos de Guilhermino Cesar, Paulo Antônio Moritz e Herbert Caro, e em que Damasceno escreveu uma parte intitulada *Documentário*. Nela aparecem a origem das intenções de dotar-se Porto Alegre de uma casa de espetáculos e as constantes tentativas em levar avante esse intento. O autor fez longas transcrições dos documentos oficiais e mais uma vez buscou comprovar que era função do Estado promover o incentivo à cultura, no caso, encampando a construção do teatro, o que só viria a acontecer em 1861, praticamente três anos após a inauguração, com a incorporação do São Pedro ao patrimônio público. Nesse texto, Athos apresentou também as sociedades dramáticas particulares da cidade no século XIX, que se apresentaram naquele teatro, no qual, sempre preocupado com a ordenação cronológica, fez uma relação envolvendo o nome da sociedade, a época da atuação e as peças apresentadas e apontou também o significado do teatro para a cultura do Estado³⁹.

³⁹ Segundo o autor, “os serviços prestados” pelo Teatro São Pedro “às atividades cênicas entre nós, pois sem a sua existência e cooperação, dificilmente semelhantes entidades culturais teriam tido condições de organizar-se e subsistir”. Segundo ele, tal teatro “contribuiu vigorosamente para o

TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA ILUSTRADO-
HUMORÍSTICA SUL-RIO-GRANDENSE



Também em 1975, foi publicada, de forma póstuma, a obra *Imprensa Literária de Porto Alegre no Século XIX*, um arrolamento de setenta e um

aprimoramento de nossa educação e à crescente valorização da cultura do Rio Grande do Sul". FERREIRA, Athos Damasceno et alii. *O Teatro São Pedro na vida cultural do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Departamento de Assuntos Culturais da Secretária de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul, 1975. p. 27 e 45.

periódicos literários que circularam na capital do Rio Grande do Sul entre 1856 e 1899. No Prefácio de tal “monografia”, foram apresentados os propósitos de sua elaboração e um deles bem resume as características dos escritos de Damasceno: “ampliar a bibliografia” de um “setor ainda praticamente inexplorado”, promovendo “o levantamento e ordenação das publicações dos gêneros em seus aspectos puramente formais”, ou seja, “data de surgimento, feições particulares, transcrição de programas e indicação dos nomes daqueles que lhes foram responsáveis pela edição” ou ainda que “para esse fim concorreram na qualidade de colaboradores⁴⁰. Essas características expressas no conjunto da obra do autor sobre a cultura rio-grandense, também se manifestaram de forma predominante na produção histórica de Athos Damasceno sobre a imprensa crítico-caricata gaúcha no século XIX.

⁴⁰ FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa literária em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1975. p. 11.

TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA ILUSTRADO-
HUMORÍSTICA SUL-RIO-GRANDENSE

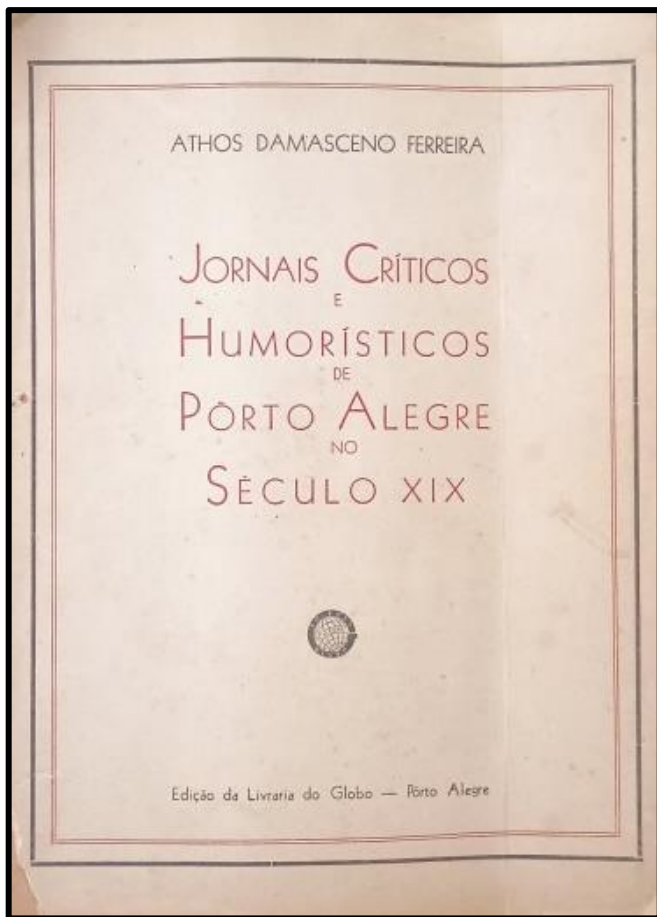


A abordagem da imprensa ilustrado-humorística no século XIX

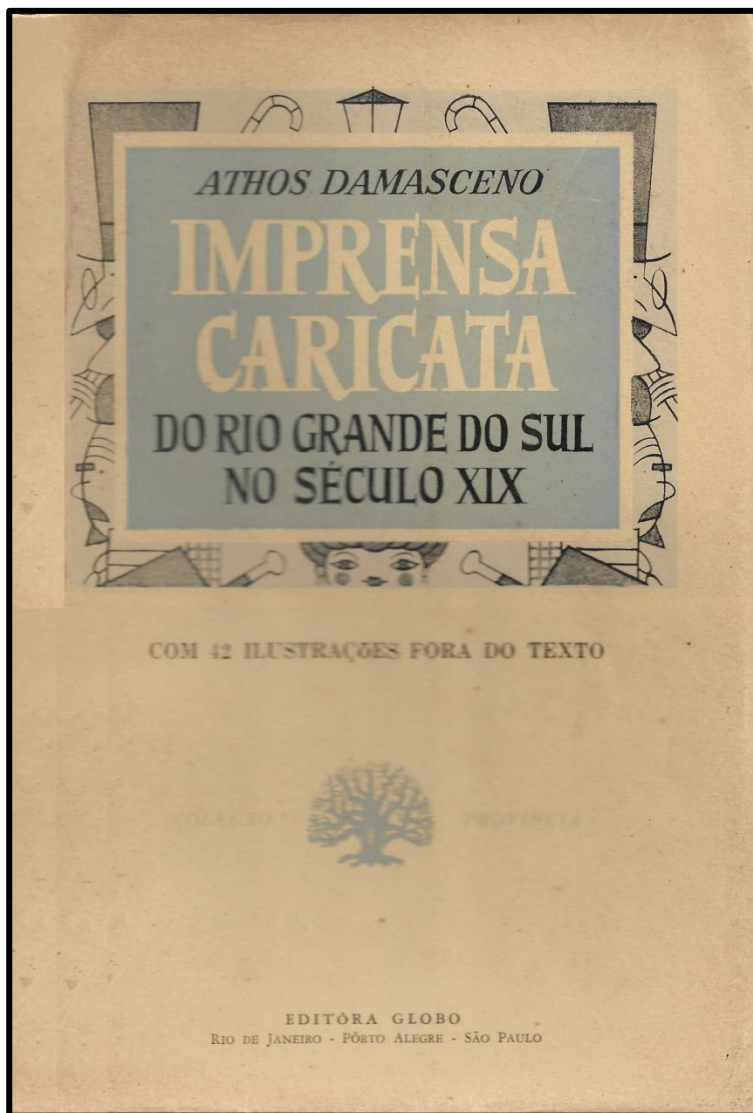
A imprensa ilustrada, crítica, humorística e caricata do Rio Grande do Sul, no século XIX, constituiu um dos componentes da produção histórico-intelectual de Athos Damasceno Ferreira, através de duas publicações - *Jornais Críticos e Humorísticos de Porto Alegre no Século XIX* (1944) e *Imprensa Caricata no Rio Grande do Sul no Século XIX* (1962). A primeira consistia em um folheto no qual o autor realizou um breve levantamento histórico da imprensa rio-grandense no que se refere a alguns dos pequenos jornais de conteúdo crítico-humorístico que circularam na capital entre as décadas de trinta e oitenta. Já na segunda, o autor buscou completar a anterior, juntando aquele conteúdo a outros escritos elaborados em diversos artigos independentes e intentou abranger toda Província/Estado, historiando doze jornais de Porto Alegre, cinco da cidade do Rio Grande e dois de Pelotas⁴¹.

⁴¹ O próprio Athos explicou o caráter complementar e de ampliação/revisão dessa obra de 1962: “Esta monografia reproduz, em grande parte refundidos, vários artigos publicados pelo autor, em diferentes oportunidade, acerca da imprensa caricata do Rio Grande do Sul, no século XIX. Sobretudo as notícias referentes aos semanários ilustrados de Porto Alegre, no mesmo período, e que, sob a forma de

TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA ILUSTRADO-
HUMORÍSTICA SUL-RIO-GRANDENSE



plaquete, vieram a lume em 1944, foram de tal modo ampliadas e ainda corrigidas em pontos capitais, que o folheto aludido, quando muito, pode ser tido como simples e imperfeito esboço da presente versão". FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa caricata do Rio Grande do Sul no século XIX*. Porto Alegre: Globo, 1962. p. 7.



TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA ILUSTRADO- HUMORÍSTICA SUL-RIO-GRANDENSE

O enfoque dado por Athos Damasceno para o assunto foi, à época, considerado como inovador entre os trabalhos até então desenvolvidos sobre a história da imprensa rio-grandense. Carlos Reverbél assim qualificou o livro de 1944: “o autor, em seu estilo inconfundível, passa em revista os principais periódicos da cidade existentes naquela época”, vindo a proporcionar “viva impressão das peculiaridades que os caracterizavam e animavam e da atmosfera provinciana em que circulavam”, bem “como do estado de espírito com que eram recebidos pela população”, ou seja, “é uma nota diferente, nova sob vários aspectos, na bibliografia do nosso jornalismo”, possuindo “a primazia de ter fixado o expressivo papel desse tipo de publicações na história da imprensa gaúcha⁴².”

O caráter “inovador” do trabalho de Damasceno limitava-se, porém, ao assunto por ele abordado – a pequena imprensa caricata –, pois o autor mantinha a tradicional característica de historiar o jornalismo através do linear arrolamento de periódicos, sem buscar um relacionamento maior com os contextos nos quais se desenvolveram, ou dedicar maior atenção às posturas político-ideológicas dos

⁴² REVERBEL, Carlos. Tendências do jornalismo gaúcho. In: *Fundamentos da Cultura Rio-Grandense*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1957. (segunda série). p. 113.

jornais. Francisco Rüdiger denomina esse tipo de abordagem quanto à história da imprensa, de “historiografia informativa”, considerando que “sua unidade reside no tratamento da matéria, marcado pela chamada “história acontecimental” que às vezes chega ao anedótico e, posteriormente, a um estilo próximo da reportagem”; de modo que “predominam largamente procedimentos descritivos, ritmados pelo ‘antes e depois’, recheados de episódios, nomes e datas” e “o aparecimento e o desenvolvimento da imprensa são tratados como eventos desconectados de qualquer processualidade empírica, a não ser, talvez, uma entidade implícita compreendida como ‘história da imprensa’”, de maneira que, “diversos trabalhos acabam assumindo a condição (declarada ou dissimulada) de autênticos catálogos”⁴³.

⁴³ RÜDIGER, Francisco Ricardo. *História da imprensa e comunicação social no Rio Grande do Sul (bibliografia e notas para uma avaliação crítica)*. Porto Alegre: Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1983. p. 5. O mesmo autor ainda estabelece outras considerações críticas quanto a tal versão tradicional de historiar a imprensa, para ele: “A história da imprensa não é a sucessão compulsória de títulos e padrões editoriais a partir de uma origem (...). Pode-se admitir, como hipótese de investigação, que o aparecimento da imprensa deve ser relacionado com as exigências da vida política; com a captação pelas classes e frações de classes sociais, por intermédio de categorias específicas, da dimensão política de seu destino e de sua vontade ativa na vida política. O desenvolvimento da imprensa resultaria do desdobramento

TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA ILUSTRADO- HUMORÍSTICA SUL-RIO-GRANDENSE

Os periódicos destacados por Athos Damasceno foram apresentados como unidades autônomas e isoladas entre si, sendo estudados de forma particularizada⁴⁴. Até mesmo um dos elementos básicos do seu objeto de estudo, as caricaturas, que apareciam inclusas ao longo do livro, não eram “contextualizadas” no todo do trabalho, fazendo o escritor questão de explicar, ainda na capa do livro, que o mesmo possuía “quarenta e duas ilustrações fora do texto”, ou seja, as mesmas apareciam apenas como ilustração ou complementação visual, sem referências ou conexões diretas com o conteúdo textual.

As fontes básicas para a elaboração dos dois livros foram os próprios jornais, ou seja, aqueles que foram historiados/catalogados, ou ainda as referências que os periódicos faziam uns em relação

do campo político e, em particular, da necessidade das classes e frações de classes sociais fazerem-se representar e valer seu arbitrário político-cultural no campo social”. RÜDIGER, Francisco Ricardo. O nascimento da imprensa no Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 1985. p. 116.

⁴⁴ Segundo Lucien Febvre, o “historiador historizante” se preocupa somente com os estudos particulares, uma vez que, para esse tipo de historiador, “a história se define como uma ciência do particular”. FEBVRE, Lucien. Febvre contra a história historizante (1947). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Lucien Febvre*. São Paulo: Ática, 1978. p. 104.

aos outros. Nesse aspecto, revelava-se uma das notórias características do autor, a preocupação com as fontes/documentos escritos, pois, para Damasceno, era fundamental a obtenção “de fontes merecedoras de crédito” e prestadoras de “informações seguras”. Ele delimitava a si mesmo no sentido de “a narrar os fatos como eles” se encontravam “nas fontes” e considerava “o escriba impossibilitado de falar sobre” um periódico “na falta de fontes seguras”, visto que seria “muito perigoso louvar-se em informações verbais”⁴⁵.

Outra preocupação do autor se referia ao rigor na ordenação cronológica com relação ao seu objeto, chegando a interromper o estudo de um jornal visto que o mesmo “somente no século XX” viria “a ter curso regular, razão pela qual o noticiarista” fazia “ponto final em suas observações”⁴⁶, uma vez que se propunha a trabalhar apenas com os Oitocentos. Além disso, ele privilegiava as transcrições, em geral longas e literais, citando programas, notícias e anúncios, entre outros, na íntegra, pois, segundo Athos, as “transcrições isoladas” davam “muito relevo e ênfase a conceitos e juízos, que não chamariam tanto a

⁴⁵ FERREIRA. Imprensa... p. 89,122 e 184.

⁴⁶ FERREIRA. Imprensa... p. 150.

TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA ILUSTRADO- HUMORÍSTICA SUL-RIO-GRANDENSE

atenção se lidos no natural desenvolvimento do texto”⁴⁷.

Athos Damasceno não chegou a estabelecer uma análise do conteúdo intrínseco dos jornais nas suas relações com a realidade na qual se desenvolveram⁴⁸, embora chegasse a reconhecer, apenas em parte e com ressalvas, essas relações. Nesse sentido, afirmava que “talvez não seja exagero observar que a essa altura o periódico era, até certo ponto, o reflexo da opinião e dos sentimentos da maioria e quase a tradução literal, digamos assim, do meio onde circulava”⁴⁹. Os jornalistas ou responsáveis pelos periódicos não eram encarados por Damasceno como “atores” sociais ou políticos⁵⁰, ficando

⁴⁷ FERREIRA. Imprensa... p. 218.

⁴⁸ Para Regine Robin essa análise pode assumir variadas formas, pois “se propõe principalmente o estudo quantificado dos temas de uma obra, de um diário ou de um periódico, a fim de trazer à luz os centros de interesse do jornal e a evolução desses centros de interesse: ela pode preocupar-se com imagens, metáforas e metonímias que balizam o texto. Muitos estudos se interessam pelos valores explícita ou implicitamente expressos”. ROBIN, Regine. *História e linguística*. São Paulo: Cultrix, 1977. p. 63.

⁴⁹ FERREIRA. Imprensa... p. 119.

⁵⁰ Francisco Rüdiger explica essa condição social e política do jornalista, destacando, por exemplo, que, nos primórdios da imprensa rio-grandense, “as tipografias eram negócio de artesãos especializados, que muitas vezes ascendiam à condição de pequenos empresários urbanos, passando a fazer

desvinculados de seu meio, e, em geral, eram descritos por seus hábitos ou aparência⁵¹.

Damasceno só abordou uma forma de relação entre os periódicos que estudou, tratando das querelas ocasionais entre uns e outros, pois lhe parecia “oportuno e útil o registro” desses conflitos, considerados como um “bate-boca”, para reforçar o que afirmava “a respeito da conduta, em geral desabrida, dos jornais rio-grandenses do século XIX”⁵². Mesmo assim, esses confrontos não eram

parte da pequena burguesia”, ou ainda que “as raízes do jornalismo (...) estão ligadas a homens (...) que souberam compreender a demanda das facções políticas por meios de difusão e propaganda para desenvolverem o negócio da publicação de jornais e periódicos”. RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1993. p. 17 e 19.

⁵¹ Estes são alguns exemplos deste tipo de descrição: “a)... homem inteligente e brilhante que andou por São Paulo, visando a um canudo de bacharel. Caiu na boemia, porém, e parece que nem chegou a entrar para a Faculdade de Direito. b) O agradável aspecto fisionômico do moço (...), de cabeleira negra, anelada e vasta como a pera e o bigode. c) Homem voluntarioso, inteligência viva, cultura variada, fez aqui um prestígio que o punha sempre em evidência. d) Graúdo e bonitão, usava roupas justas e gravatas espalhafatosas, e passeava, arrogantemente, a sua proa de moço aristocrata pelas ruas ensolaradas do burgo”. FERREIRA, Athos Damasceno. *Jornais críticos e humorísticos de Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: Globo, 1944. p. 10, 11, 25 e 30.

⁵² FERREIRA. *Imprensa...* p. 77.

TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA ILUSTRADO- HUMORÍSTICA SUL-RIO-GRANDENSE

encarados como políticos ou sociais, mas apenas como desavenças de cunho pessoal.

Outro aspecto fundamental na obra de Athos Damasceno sobre a imprensa crítico-caricata foi uma omissão praticamente completa dos eventos relacionados com a política. Mesmo implicitamente, esse “silêncio político” do autor traduz alguns de seus valores, uma vez que “o silêncio não é o vazio, o sem-sentido; ao contrário, ele é o indício de uma totalidade significativa”, o que “leva à compreensão do ‘vazio’ da linguagem como um horizonte e não como uma falta” e, “com efeito, a linguagem é passagem incessante das palavras ao silêncio e do silêncio às palavras”⁵³.

Apesar de propor-se a trabalhar a imprensa “crítica”, era Damasceno quem criticava os jornais, quando os mesmos adotavam essa conduta, acusando-os de um certo “sensacionalismo”, alegando que os periódicos transformavam “fatos que não eram fatos, senão simples *fatinhos*” e que, segundo o autor, “cresciam desmesuradamente aos olhos dos bisbilhoteiros”⁵⁴. Assim, nos escritos do autor, as condutas políticas dos jornais praticamente não

⁵³ ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 2.ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993. p. 70 e 72.

⁵⁴ FERREIRA. *Imprensa...* p. 179.

aparecem e, nas poucas vezes em que há referência aos fenômenos políticos, isso se dá de maneira velada, em um quadro pelo qual a política aparece isolada, descontextualizada e relegada a um plano inferior, de modo que “essas considerações não atingem nunca o nível explicativo, permanecendo apenas um pano de fundo em que se desdobra a ‘história da imprensa’”⁵⁵.

Esse modelo de relação sujeito/objeto, predominando o “silêncio político”, revela as próprias convicções e o contexto político no qual o autor estava inserido⁵⁶. O livro sobre os jornais críticos e humorísticos de Porto Alegre foi escrito no período da ditadura estado-novista, quando todas as manifestações artístico-culturais passavam pelo crivo do Estado. Assim, as publicações eram submetidas ao controle estatal direto, de modo a “depurá-las” de qualquer conteúdo político-ideológico que pudesse,

⁵⁵ RÜDIGER. História da... p. 7.

⁵⁶ Sobre esse aspecto Eni Orlandi afirma: “O sujeito não adere às formações discursivas automaticamente e elas, por sua vez, não se apresentam como espaços maciços de sentido. Há espaços de silêncio que são o índice da história particular do sujeito em sua relação com a linguagem, ou melhor, de sua história em face da articulação entre as diferentes formações discursivas e de seus deslocamentos”. Nesse caso, “o silêncio intervém como parte da relação do sujeito ao dizível, permitindo os múltiplos sentidos ao tornar possível, ao sujeito, a elaboração de sua relação com os outros sentidos”. ORLANDI. p. 89 e 91.

TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA ILUSTRADO- HUMORÍSTICA SUL-RIO-GRANDENSE

direta ou indiretamente, questionar o *status quo* governamental. Essa fiscalização fica evidenciada na obra de 1944, pois, apesar de constituir uma “edição da Livraria do Globo”, foi publicada “sob os auspícios do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda”⁵⁷, um subsidiário regional do Departamento de Imprensa e Propaganda, o órgão responsável pelo ferrenho controle da produção cultural, em nível nacional.

Já a *Imprensa Caricata do Rio Grande do Sul no Século XIX*, apesar de publicada em 1962, momento de razoável liberdade de expressão e de pensamento, tinha uma outra forma de ligação com o Estado, a qual o próprio autor esclareceu nos “agradecimentos”, afirmando que “o autor desta monografia cumpre o grato dever de manifestar seus agradecimentos à diretora da Divisão de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Estado” que “prestigiou e auspicou o lançamento desta primeira edição”⁵⁸.

Assim, a parte da produção histórico-intelectual de Athos Damasceno referente à imprensa crítico-caricata, teve, mesmo que variáveis, vínculos com o Estado: pelo controle direto em um período de exceção; pela posição profissional do autor e, a partir dela, a possibilidade de desenvolvimento de suas

⁵⁷ FERREIRA. Jornais... p. 34.

⁵⁸ FERREIRA. Imprensa... p. 223.

pesquisas; ou ainda pelo apoio direto na publicação dos livros. A partir dessas vinculações e tendo em vista os históricos conflitos partidários que caracterizaram a formação republicana rio-grandense, assim como as “heranças” que os mesmos deixaram e que perduraram por longo tempo marcando a vida política do Rio Grande do Sul, Damasceno optou pela omissão praticamente completa das posturas político-partidárias dos periódicos, na busca de alguns dos elementos inerentes à linha historiográfica na qual se incluiu a sua obra, ou seja, a busca de neutralidade, isenção e imparcialidade. Esses aspectos não eram, porém, completamente obtidos, uma vez que o próprio “silêncio” do autor revela suas convicções e parcialidades.

O “silêncio político” de Damasceno pode ser exemplificado através da análise das asserções/omissões na sua abordagem de três periódicos rio-grandinos. A imprensa caricata da cidade do Rio Grande desenvolveu-se em um período de ampla agitação político-partidária, característica da transição Monarquia-República, e essa agitação se fez presente de forma marcante nos semanários caricatos dessa localidade, que realizaram veementes críticas à vida política do país. Athos Damasceno não deu nenhuma relevância a essas posturas, como as de *O Diabrete*, marcadas por um teor crítico com relação à situação nacional e regional, como quando afirmou

TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA ILUSTRADO- HUMORÍSTICA SUL-RIO-GRANDENSE

que “o estado do país não” podia “ser mais grave” para o jornal, o qual estabelecia que o Brasil ia “para um abismo do qual talvez não” pudesse “mais sair”, ou ainda, caminhava “a passos largos para a sua ruína e completa dissolução”⁵⁹. Um outro aspecto desse periódico, não abordado por Damasceno, foi a sua postura partidária de ataque ao “conservadorismo” do Partido Liberal, quando no poder tanto em nível nacional quanto regional⁶⁰.

Outro exemplo do “silêncio político” se estabelece no segmento em que o autor estuda o jornal *Maruí*, sem destacar sua posição partidária, que, apesar de pouco definida, era de aproximação aos liberais, assim como não buscou identificar as razões dessa definição/indefinição política, que podem ser detectadas na relação com o contexto no qual se inseriram. A época de sua circulação, a “postura

⁵⁹ O DIABRETE. Rio Grande, 23 maio 1880.

⁶⁰ A esse respeito, se expressava o periódico: “Sempre supusemos que a ascensão do Partido Liberal ao poder (...) trouxesse como resultado imediato a realização de todas as grandes aspirações inscritas na bandeira daquele partido. (...) Infelizmente (...), semelhante desiderato não foi conseguido por aqueles mesmos que na adversidade tanto se esforçavam por ele. Meros sectários de S.M. o Imperador, simples instrumentos de sue desejos absolutos, os atuais ministros nada mais têm feito do que referendar as imperiais ordens, sem ar ouvidos à murmuração pública”. O DIABRETE. Rio Grande, 15 jun. 1879.

político-partidária do *Maruí* não ficou claramente definida, embora estivesse muito mais próxima daquela do Partido Liberal”, tais “indefinições podem estar ligadas às próprias tendências”, que também eram indefinidas, “dos liberais rio-grandenses”, uma vez que “os liberais predominavam na esfera nacional e provincial”, o que lhes permitia uma posição, de certa maneira, mais cômoda, sobrepondo a característica de um partido ligado à reivindicação de certas transformações⁶¹.

Ainda como exemplificação, pode ser citada a forma como o autor abordou o *Bisturi*, o mais importante e crítico jornal caricato rio-grandino, estabelecendo severo julgamento aos “excessos” do redator do periódico, acusando-o de “nem sempre se conservar de sangue frio em suas contendas, deixando-se envolver em acaloradas trocas de insultos, que eram um desprimor” e que, “nas páginas destinadas às charges, dava vazão a todas as suas idiossincrasias, descendo ao dito picaresco e à chula graçola, sem o menor resquício de pudor”⁶². Assim, uma das poucas asseverações de Damasceno sobre a postura política de um jornal, foi no sentido de criticar

⁶¹ ALVES, Francisco das Neves. O *Maruí*: uma folha ilustrada a serviço da crítica política e de costumes (1880-1882). In: ALVES, F.N. & TORRES, L.H. (orgs.) *A cidade do Rio Grande: estudos históricos*. Rio Grande: FURG/SMEC, 1995. p. 139.

⁶² FERREIRA. *Imprensa...* p. 192.

TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA ILUSTRADO- HUMORÍSTICA SUL-RIO-GRANDENSE

o “exagero” da mesma. Atacou também ao *Bisturi* devido às suas posições diante do processo de afirmação da forma de governo republicana, destacando que, “ao tempo da coroa propendia para o barrete frígio”, de maneira que, “instaurado o novo regime, recebe-o de braços abertos”, mas “transcorridos alguns meses do advento republicano”, viria a fechar “a cara para a situação criada, de cujo ventre vê nascer uma geração de pulhas incapazes de dar ao Estado a fecunda forma de governo que todos esperavam”, de modo que, o redator daquela folha “transfere os badulaques para o setor dos ‘descontentes’, colocando suas armas a serviço de Gaspar da Silveira Martins”. Segundo Athos, ele “teria feito precisamente o contrário”, ou seja, “teria oferecido seus préstimos ao presidencialista Castilhos, se este, e não o feroso timoneiro do extinto Partido Liberal, se encontrasse na oposição”⁶³.

Nesse caso, Athos criticava o semanário por mudar de posição diante da República, mas, em verdade, o estudo do periódico como um todo e de suas relações com a conjuntura partidária do momento, permite afirmar que ele manteve uma coerência histórica com a postura liberal-gasparista, demarcada desde a sua criação. Assim, essa maneira diferente de encarar a nova forma de governo não se

⁶³ FERREIRA. Imprensa... p. 190-1.

preendeu “ao estilo da crítica pela crítica, ou de oposição permanente à ordem estabelecida”, como Damasceno tentou deixar transparecer, e sim ao fato de que o jornal “passou a entrar em desacordo com as estratégias adotadas para promover a consolidação republicana”, ainda mais no que se refere “às medidas autoritárias, as quais causavam verdadeira aversão à folha semanal rio-grandina”⁶⁴, a qual veio a transformar-se em um dos poucos periódicos a tratar o governo castilhistas de forma abertamente oposicionista, chegando a colocar-se na resistência ao mesmo. Dessa maneira, segundo o “silenciar” de Damasceno, esses fatores ligados às convicções e práticas político-partidárias dos objetos em estudo eram de menor importância, considerando-os como elementos excrescentes, ou ainda, nas poucas vezes em que a eles fez referência, exagerados.

A produção histórico-intelectual de Athos Damasceno preocupou-se exclusivamente com o “resgate” das fontes documentais, não apresentando nenhum referencial teórico, preocupações com os avanços metodológicos – a maior parte de seus escritos nem mesmo segue a “clássica” organização de “introdução-desenvolvimento-conclusão” –, ou ainda

⁶⁴ ALVES, Francisco das Neves. O Bisturi: imprensa oposicionista na cidade do Rio Grande (1888-1893). In: ALVES, F.N. & TORRES, L.H. (orgs.). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1993. p. 56.

TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA ILUSTRADO- HUMORÍSTICA SUL-RIO-GRANDENSE

com estudos interdisciplinares. Essa característica, em boa parte, também reflete a tendência historiográfica em que estava inserido o seu trabalho, segundo a qual “a reflexão teórica, em particular filosófica, é inútil e até prejudicial, porque introduz na ciência um elemento de especulação”⁶⁵.

O estilo de Athos Damasceno pode ser resumidamente demonstrado através do seguinte quadro que aponta os elementos discursivos presentes na abordagem dos dezenove jornais estudados no livro *Imprensa Caricata do Rio Grande do Sul no Século XIX*:

ELEMENTOS DISCURSIVOS A RESPEITO DOS JORNAIS	NÚMERO DE JORNAIS
proprietário/diretor	18
desenhista, chargista, colaborador, etc.	14
formato	14

⁶⁵ SCHAFF, Adam. *História e verdade*. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986. p. 103.

número de páginas	13
tipografias onde eram impressos	13
programa/apresentação	10
preço	09
querelas entre os periódicos	06
postura político-partidária (mesmo que indiretamente)	05
contexto histórico	03

Fica assim evidenciado que Damasceno prestigiava, em sua narração, os indivíduos (proprietários, diretores, funcionários e colaboradores), bem como os elementos formais (formatos, número de páginas, tipografias e preços) e editoriais (programas e apresentações) dos periódicos, e até os conflitos entre as diferentes folhas, os quais ficavam em um plano bem inferior a abordagem das posturas político-partidárias e do contexto histórico dos jornais. Assim, foi o próprio autor que definiu a si mesmo como “o noticiarista – simples almoxarife da história –”, que cumpria “sua missão, recolhendo, ordenando e distribuindo o precioso material”, que

TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA ILUSTRADO- HUMORÍSTICA SUL-RIO-GRANDENSE

comporia “o fenômeno cultural da província, no curso do século do fraque, da prestidigitação e da tosse”⁶⁶.

Apesar desse caráter predominantemente narrativo e linear, o arrolamento elaborado por Athos Damasceno tem considerável “valor” histórico, prestando um “contribuição” que “não é pequena, principalmente no tocante ao levantamento de fontes e à sistematização de dados”⁶⁷. Dessa maneira, o possível “mérito” desse tipo de produção historiográfica está na obtenção de “informações”, surgindo o questionamento se esses, “trabalhos que se incluem na chamada história tradicional ou factual devem ser, *in limine*, descartados?”. A resposta para tal questão é no sentido negativo, já que nenhuma obra analítica pode prescindir de informações. E o mérito – se é o mérito que está em questão, “dessa história tradicional ou factual está na profusão de informes que a sua leitura propicia”⁶⁸.

Assim, dentro de suas perspectivas, seus limites e suas características, a obra de Athos Damasceno Ferreira, a respeito da imprensa crítico-

⁶⁶ FERREIRA. Imprensa... p. 221.

⁶⁷ RÜDIGER. Tendências... p. 7.

⁶⁸ PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul: considerações historiográficas. In: ALVES, F.N. & TORRES, L.H. (orgs.) *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1993. p. 66.

caricata do século XIX, também contribuiu para a reconstrução histórica do jornalismo rio-grandense, processo fundamental, uma vez que “desde o começo, o jornalismo” buscou “influenciar e alterar padrões de comportamento, induzindo atitudes, registrando formas de produção e gerando hábitos de consumo”⁶⁹, e, enfim, “a imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social”⁷⁰. Também a imprensa caricata insere-se nesse processo, pois as “caricaturas exprimem vivamente a tendência corrente dos acontecimentos e refletem claramente as principais reações dos dias de antanho”⁷¹. Desse modo, o estudo dos “periódicos existentes no século passado, representativos de diversos grupos político-partidários e interesses econômicos específicos, permite identificar as variáveis do processo histórico gaúcho”⁷². Athos Damasceno não chegou a abordar os valores explícitos/implícitos dessas variáveis, porém sua obra

⁶⁹ BAHIA, Juares. *Jornal, história e técnica*. 4.ed. São Paulo: Ática, 1990, v.2. p. 21

⁷⁰ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988. p. 21.

⁷¹ R. Gerald McMurtry, citado por LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963. p. 8.

⁷² BAKOS, Margaret Marchiori. A imprensa gaúcha através da história. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 12 fev. 1984. Especial. p. 5.

TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA ILUSTRADO- HUMORÍSTICA SUL-RIO-GRANDENSE

pode servir como ponto de partida para a execução desse intento.



Ao estudar as manifestações culturais do Rio Grande do Sul no século XIX, Athos Damasceno Ferreira produziu história segundo as tendências – e tradições – histórico-historiográficas de seu tempo. De início, sua carreira coincidiu com a agitação político-social e ideológico-cultural típica dos anos vinte que resultariam nas transformações nacionais e regionais na década de trinta, participando assim, de um “boom” intelectual pelo qual passou o país. Seus projetos históricos viriam a lume já na década de quarenta, marcada pela ditadura estado-novista, associando-se o autor a uma tradicional linha historiográfica.

Seguindo essa tendência historiográfica, Athos Damasceno elaborou uma obra histórica caracterizada pela postura contemplativa do passado e o cultivo do particular pelo particular. Em seus escritos não se apareciam preocupações teórico-metodológicas, sendo empreendida uma narração linear, na qual os objetos abordados representam unidades isoladas, sem vínculos entre si ou com meio que os cerca.

A atenção do autor voltava-se à apreensão das singularidades formais, e não aos valores explícitos/implícitos ou às características intrínsecas dos objetos trabalhados, limitando-se, no caso do estudo da imprensa crítico-caricata, a realizar um arrolamento de jornais. Damasceno mostrou-se profundamente preocupado em relatar seguindo uma ordem rigidamente cronológica, com o estudo das fontes e a confirmação/justificativa de suas asserções através da demonstração do documento escrito.

As vinculações diretas/indiretas com o Estado também influenciaram a produção histórica do autor, que buscou, invariavelmente, uma abordagem objetiva e um suposto registro “neutro” dos fatos, não sendo observável, em sua obra, uma relação sujeito-objeto mais evidenciada, ficando a mesma limitada a emissão de opiniões de cunho pessoal. Desse modo, Damasceno intenta não demonstrar suas convicções, ao utilizar-se do “escudo” da neutralidade, da isenção e da imparcialidade.

Nesse intento, o autor incorre, porém, em uma série de omissões, traduzidas em verdadeiro “silêncio político”, a partir do qual os objetos de seus estudos são representados como neutros, singulares, únicos e isolados, enfim são “pasteurizados” de qualquer componente “ideológico”. Assim, os periódicos são escassamente apresentados como portadores de uma posição político-partidária e os

TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA ILUSTRADO- HUMORÍSTICA SUL-RIO-GRANDENSE

responsáveis por eles (proprietários, diretores, redatores, funcionários e colaboradores), aparecem como elementos individualizados e não como “atores” históricos, sem uma condição social, econômica ou política. Mesmo assim, a produção histórico-intelectual de Athos Damasceno como um todo presta significativa contribuição à reconstrução de uma história da “cultura” rio-grandense e, particularmente, é referência essencial para os estudos voltados à história da imprensa no Rio Grande do Sul.



Representações imagéticas zoomórficas na caricatura expressa pelo periódico *O Fígaro*

O Fígaro constituiu uma folha ilustrado-humorística editada em Porto Alegre de 1878 até meados do ano seguinte. Foi impresso primeiramente

na tipografia do *Deutsche Zeitung*, depois nas oficinas do *Mercantil* e finalmente nos tabuleiros da *Reforma*. Sua assinatura custava 16\$000 por ano, 9\$000 por semestre e 5\$000, por trimestre, já o número avulso era vendido a 500 réis. O artista responsável por seus desenhos era Cândido de Faria, que já atuara na imprensa caricata da Corte. Tal periódico contou com a colaboração de escritores como Múcio Teixeira, Damasceno Vieira e Dionísio Monteiro⁷³.

O título do periódico alude à figura do barbeiro, personagem teatral e operístico, além de ser o nome de um longo jornal francês. Na sua primeira página da edição original, aparecia o bufão, com a viola a tiracolo e o lápis à mão, pronto para esquadrinhas as caricaturas. Em versinhos, reiterando o título estampado no frontispício, o personagem afirmava: “Eu venho respeitoso, alguma coisa tímido/ Pedir a proteção do povo hospitaleiro,/ Navalhas e pincéis, escovas e cosméticos/ Há tudo, e muito bom, em casa do barbeiro”. Na primeira edição aparecia ainda o programa do semanário, também estampado na forma de versos, aludindo aos vários instrumentos de trabalho do barbeiro que, figurativamente, seriam utilizados a serviço da caricatura, notadamente a

⁷³ FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa caricata do Rio Grande do Sul no século XIX*. Porto Alegre: Globo, 1962. p. 62-76.

TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA ILUSTRADO-
HUMORÍSTICA SUL-RIO-GRANDENSE

navalha que, afiada, em muito serviria para a
realização da crítica⁷⁴.



⁷⁴ O FÍGARO. Porto Alegre, 6 out. 1878. p. 1 e 2.

Fígaro, gentil barbeiro
Que Rossini e Beaumarchais
Tornaram tão conhecido
Vem hoje, tal como é,
Com donaire prazenteiro,
Oferecer os seus serviços
Ao povo porto-alegrense.
Porém ninguém ai pense
Que, além de suas navalhas,
Ele use daquelas malhas
Com que prendia Rosina,
A pupila peregrina
Do mais casmurro tutor.
Nada disso, não, senhor:
O que pode asseverar
É que há de barbear
A todos com muito jeito
(Como hoje está aceito
No mundo civilizado).
Sabonete *parfumé*
Veloutine Charles Fay,
O freguês ensaboado,
Não sentirá nada o fio
Do seu ferrinho amolado.
E quando a mão, mais pesada
Esfole um pouco o freguês,
Em lugar do *cold creme*,
Faz na viola um arpejo,
E doce como um bafejo
Neutraliza-lhe o revés.
Mas, deixemos para o lado,
O sentido figurado.

TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA ILUSTRADO- HUMORÍSTICA SUL-RIO-GRANDENSE

Como vedes, leitor, este jornal
É crítico, humorístico e ilustrado,
Quer bem aceito ser, não odiado,
Nesta nossa formosa capital.

A vida íntima – o viver do lar –
Há de ser nele sempre respeitada,
E na crítica usará da alfinetada
Que não possa ferir nem machucar.

Pretende fazer rir, nunca doer,
Fígaro o diz, o assegura,
Tende nele fé; haveis de ver.

Eis o programa; é verdade pura,
Para o cumprir há pouco que fazer;
Concorra cada qual com a assinatura.

Ao longo de sua curta existência⁷⁵, como típico representante da pequena imprensa, as páginas do *Fígaro* trouxeram várias incursões às representações de natureza simbólica e alegórica. Uma delas foi a vinculada à perspectiva zoomórfica, empregada para trazer alguma característica dos animais para determinada ação humana. Tal uso vinha ao encontro do pressuposto de que nas culturas em geral o uso da simbologia animal é um aspecto essencial nas reflexões sobre a natureza do ser humano, das

⁷⁵ Apresentação do periódico realizada a partir de: ALVES, Francisco das Neves. *A mulher e a caricatura no Rio Grande do Sul: três estudos de caso*. Lisboa; Rio Grande: Cátedra Infante D. Henrique; Biblioteca Rio-Grandense, 2019. p. 9-12.

características dos indivíduos e de suas sociedades, do mundo circunstante e de suas forças, e do cosmos como um todo⁷⁶. Os animais desempenham um papel de suma importância no simbolismo tanto por suas qualidades, atividade, forma e cor, como por sua relação com o homem⁷⁷. Dessa maneira, o animal, em sua qualidade de arquétipo, representa as camadas profundas do inconsciente e do instinto, uma vez que as figuras animais são símbolos dos princípios e das forças cósmicas, materiais ou espirituais⁷⁸.

A alegoria animal mais utilizada por *O Fígaro* foi a do porco que, quase universalmente simboliza a comilança e a voracidade, pois devora e engole tudo o que se apresenta, sendo ainda o símbolo das tendências obscuras, sob todas as suas formas, bem como da ignorância, da gula, da luxúria e do egoísmo⁷⁹. Esse animal aparece ainda como símbolo dos desejos impuros, da transformação do superior em inferior e do abismo amoral da perversão⁸⁰. Nessa linha a figura suína surgia na capa do periódico para

⁷⁶ WALENS, Stanley. Animais. In: ELIADE, Mircea & COULIANO, Idan Petru (orgs). *Dicionário de símbolos*. Petrópolis: Vozes, 2024, p. 45.

⁷⁷ CIRLOT, Juan-M (orgs). *Dicionário de símbolos*. São Paulo: Moraes, 1984, p. 78.

⁷⁸ CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. 5.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991. p. 57.

⁷⁹ CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991. p. 734.

⁸⁰ CIRLOT, 1984, p. 472.

TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA ILUSTRADO- HUMORÍSTICA SUL-RIO-GRANDENSE

realizar a crítica anticlerical, denunciando as ações de um “apóstolo” que ressurgia “enfurecido”, de modo que a ação pejorativa era complementada pela jocosa, uma vez que o porco em questão surgia também transmutado em anjo⁸¹. Em outro desenho, era a Câmara Municipal que passava a ser designada como um porco, no sentido de realizar a crítica de costumes, denunciando a malversação das verbas públicas e a precariedade do serviço de limpeza praticado na cidade⁸². Na edição seguinte, havia a complementação da ilustração anterior, com o personagem que representava o semanário levando o “porco-Câmara” até um logradouro público abandonado e entregue à sujeira, diante do que exigia que o órgão público cumprisse suas obrigações quanto ao asseio da urbe, bem como deixasse de praticar o compadrio nas lides da coisa pública⁸³.

⁸¹ O FÍGARO. Porto Alegre, 1º dez. 1878. p. 1.

⁸² O FÍGARO. Porto Alegre, 5 jan. 1879. p. 5.

⁸³ O FÍGARO. Porto Alegre, 12 jan. 1879. p. 5.

Porto Alegre. 1 de Dezembro 1878. Nº 9

ANNO 1º

ALVARO

Publica-se
uma vez por semana
Folha Illustrada

Preços de assignatura:
Capital,
1 anno-16*000
6 mezes-9*000
3 mezes-5*000
Provº anno-20*000
6 mezes-11*000
Pagamº adiantado.

Recebem-se
assignaturas e
vendem-se annos

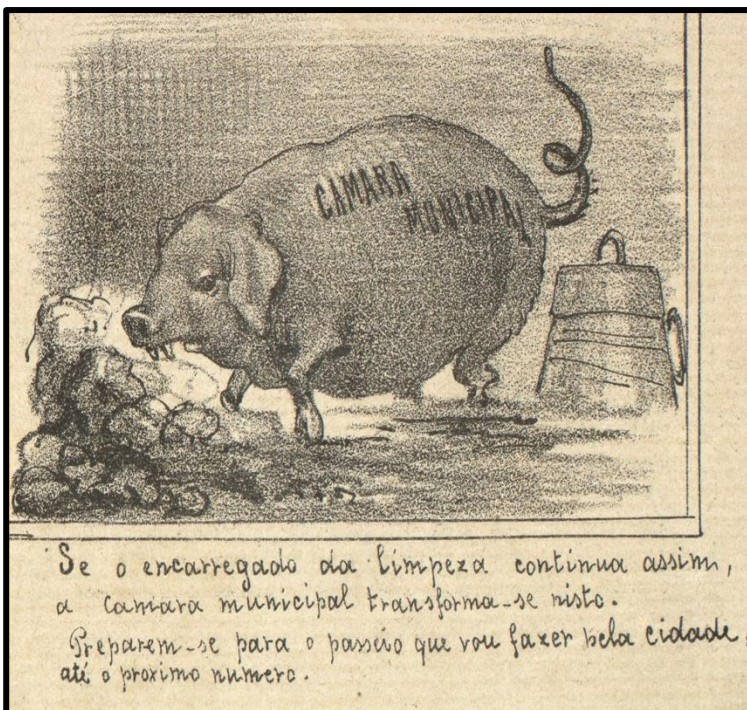
aos a 500 rs. a ma
dos Annos das
pág. 216.



F. N. 1878

Fendo por fofia de meus
Apostolo fallido
Resurto mais cedo e anho
E ainda mais enforcado

TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA ILUSTRADO-
HUMORÍSTICA SUL-RIO-GRANDENSE





A política internacional foi um tema tratado recorrentemente pelo hebdomadário porto-alegrense e, em meio a tal noticiário, utilizou-se do urso para simbolizar a Rússia, em uma associação que ganhara popularidade, mormente em meio à arte caricatural, trazendo consigo a designação de tamanho, força, ferocidade e poder. O urso pode ser considerado com símbolo do aspecto perigoso do inconsciente ou como atributo do homem cruel e primitivo⁸⁴. Aparecia ainda como emblema ou símbolo da classe guerreira,

⁸⁴ CIRLOT, 1984, p. 589.

TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA ILUSTRADO- HUMORÍSTICA SUL-RIO-GRANDENSE

aludindo também a um ser poderoso, violento perigoso, incontrolado, simbolizando tradicionalmente a crueldade, a selvageria e a brutalidade⁸⁵. O periódico tinha um olhar crítico quanto às ações imperialistas europeias, inclusive no que tange ao império czarista, tanto que ridicularizou o debate entre o “urso-russo” e John Bull – personagem que representava o império britânico –, os quais se limitavam a enfrentar-se por meio de caretas⁸⁶. No mesmo sentido, tripudiava do enfrentamento entre a Rússia e a Turquia e a disparidade de forças entre os dois países⁸⁷.



⁸⁵ CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991. p. 734.

⁸⁶ O FÍGARO. Porto Alegre, 13 out. 1878. p. 8.

⁸⁷ O FÍGARO. Porto Alegre, 27 out. 1878. p. 8.



Uma outra crítica recorrente nas páginas de *O Fígaro* se direcionava aos serviços públicos, notadamente os vinculados à comunicação, que foram constantemente censurados pela lerdeza na execução de suas tarefas. Um dos animais que designou essa lentidão foi o caranguejo que, quando em terra, tem maior facilidade para deslocar-se para os lados, ao

TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA ILUSTRADO- HUMORÍSTICA SUL-RIO-GRANDENSE

contrário se a opção for para adiante, assim como pode simbolizar o mal ou o demônio do mal⁸⁸. No desenho, a província, simbolizada por uma figura feminina, se esforçava para que o “caranguejo-telégrafo” tivesse um melhor funcionamento, em consonância com o seu alto custo⁸⁹. O mesmo serviço telegráfico voltava a ser alvo de críticas, dessa vez com uma figura mista antropomórfica e zoomórfica, ou seja, um homem com uma concha de caracol, outro animal extremamente lento, que simboliza a permanência e à tendência limitada ao movimento⁹⁰, com a denúncia de que tal serviço, além de ineficaz, recusava-se a aceitar reclamações⁹¹. Outro símbolo de vagar e demora foi o bicho-preguiça, que serviu para designar as precariedades dos serviços de correios⁹².

⁸⁸ CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991. p. 187.

⁸⁹ O FÍGARO. Porto Alegre, 10 nov. 1878. p. 5.

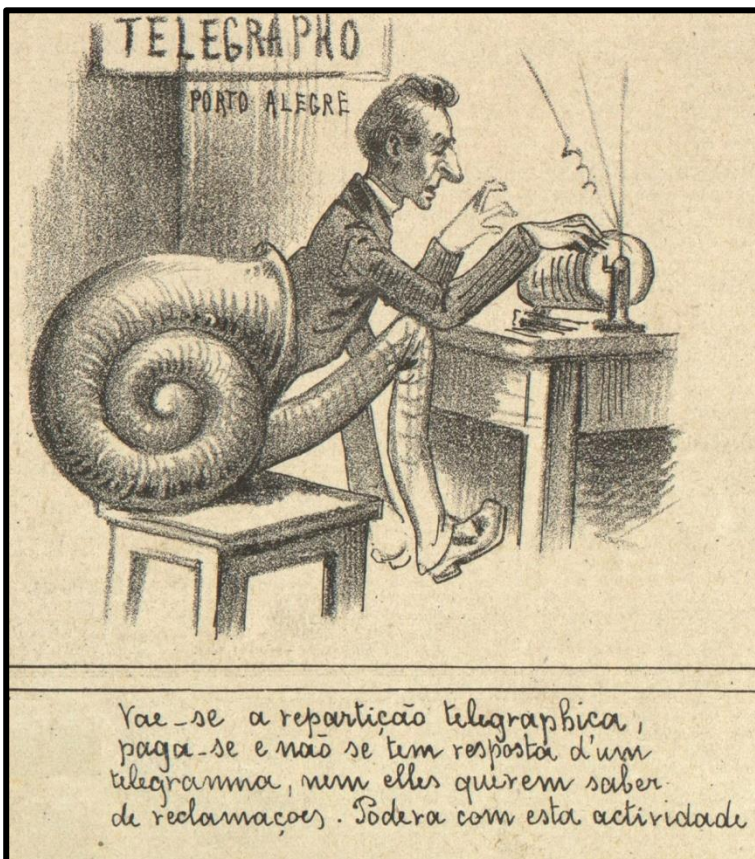
⁹⁰ CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991. p. 186.

⁹¹ O FÍGARO. Porto Alegre, 19 jan. 1879. p. 5.

⁹² O FÍGARO. Porto Alegre, 26 jan. 1879. p. 1.



TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA ILUSTRADO-
HUMORÍSTICA SUL-RIO-GRANDENSE



Porto Alegre, 26 de Janeiro 1879 Nº 17

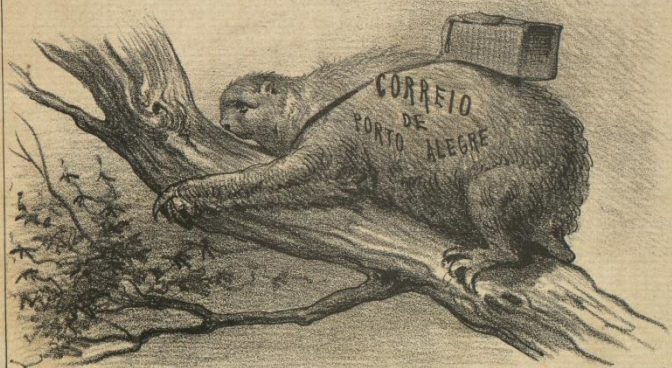
ANNO 1º

ALVARO

Publica-se
uma vez por semana
Folha Illustrada

Preços de assignatura:
Capital,
1 anno-16*000
6 mezes-9*000
3 mezes-5*000
Provº anno-20*000
6 mezes-11*000
Pagamº adiantado.

Recebem-se
assignaturas e
rendem-se annu-
os a 500 rs. á una
dos clindadas
Nº 216



Museo Zoologico

A preguiça continua a caracterisar a actividade da repartição postal.
 • Ultimamente recibemos uma carta cinco dias depois da chegada do vapor. Sº director
 se o Sº fosse nosso assignante seria criticado da mesma forma por 5*000 por trimestre
 não rendemos nossa oppzição.

TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA ILUSTRADO- HUMORÍSTICA SUL-RIO-GRANDENSE

O político gaúcho Gaspar Silveira Martins, que à época atingia projeção nacional, chegando a compor o gabinete liberal que comandava o Império, foi outra presença constante no hebdomadário, em certas ocasiões associado ao zoomorfismo. Em uma das caricaturas, o chefe liberal cavalgava uma vaca, que designava a cidade do Rio Grande, carregando consigo uma figura feminina que representava a estrada de ferro que estaria sendo levada àquela localidade. A vaca aparece como o animal nutriz, constituindo também o símbolo da bondade, da calma, da força pacífica, da capacidade de trabalho e do sacrifício⁹³, e se encontrava atolada em uma enorme quantidade de papeis, designando os jornais em circulação e as tantas notícias que davam a respeito do tema em debate⁹⁴. O líder político rio-grandense encontrava-se também tendo dificuldade em exercer a administração das verbas públicas com probidade, tendo em vista o ataque de um cão com três cabeças que designava as duas casas parlamentares e os desmandos promovidos por bancos e patotas. O cão, normalmente associado à fidelidade, tem um significado ambivalente, pois também traz consigo o sentido do predador, do animal que se alimenta de restos, podendo ser voraz,

⁹³ CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991. p. 137 e 926.

⁹⁴ O FÍGARO. Porto Alegre, 22 dez. 1878. p. 4-5.

perigoso e impuro⁹⁵. No caso em questão, a imagem canina era associada à figura mitológica de Cérbero, associado à morte e ao inferno⁹⁶ e considerado como símbolo do gênio do mal⁹⁷, revelando o juízo que o semanário fazia da Câmara, do Senado e do capital bancário⁹⁸. Silveira Martins foi ainda apresentando na condução da carruagem do tesouro nacional, tentando chegar ao “caminho da honra”, mas com a dificuldade de ter um bovino na condução do veículo e ser impiedosamente atacado ferozmente por felinos e lobos, que representavam a oposição⁹⁹. Entre outros sentidos, os felinos podem evocar as ideias de poder e ferocidade, comportando sinais negativos, vindo a constituir um símbolo maléfico e um monstro da escuridão. Seu aparecimento provoca angústia, reanimando os terrores gerados pela aproximação da fera na floresta e, belo, cruel, rápido, vem a fascinar e apavorar¹⁰⁰. Na mesma linha, o lobo, ao lado de outros sentidos, pode aparecer como um símbolo do princípio do mal¹⁰¹, de maneira que, pelo prisma

⁹⁵ LURKER, Manfred. Cão. In: ELIADE, Mircea & COULIANO, Idan Petru (orgs). *Dicionário de símbolos*. Petrópolis: Vozes, 2024, p. 89.

⁹⁶ CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991. p. 222.

⁹⁷ CIRLOT, 1984. p. 152.

⁹⁸ O FÍGARO. Porto Alegre, 16 fev. 1879. p. 8.

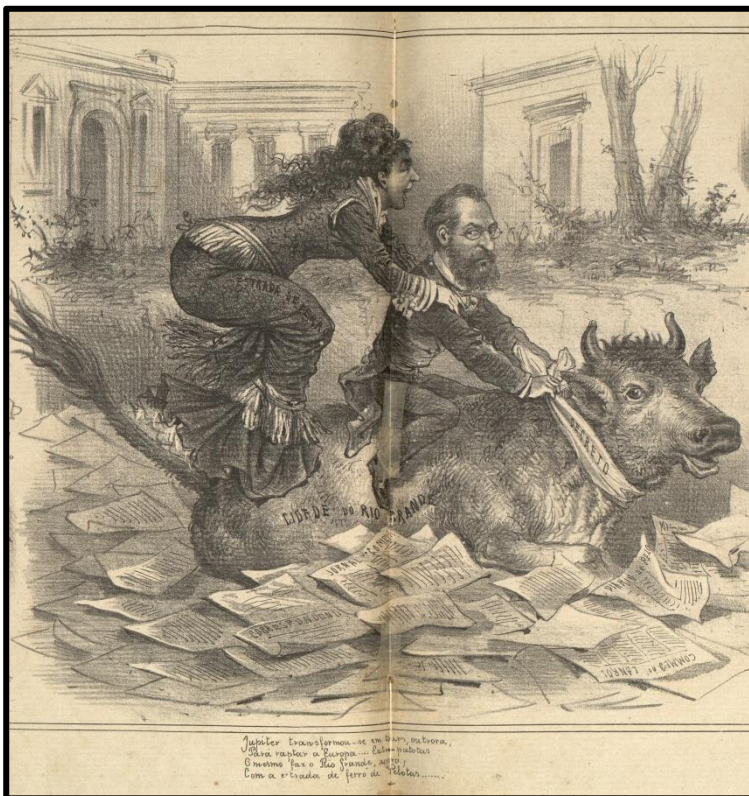
⁹⁹ O FÍGARO. Porto Alegre, 16 mar. 1879. p. 4-5.

¹⁰⁰ CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991, p. 883-884.

¹⁰¹ CIRLOT, 1984. p. 348.

TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA ILUSTRADO- HUMORÍSTICA SUL-RIO-GRANDENSE

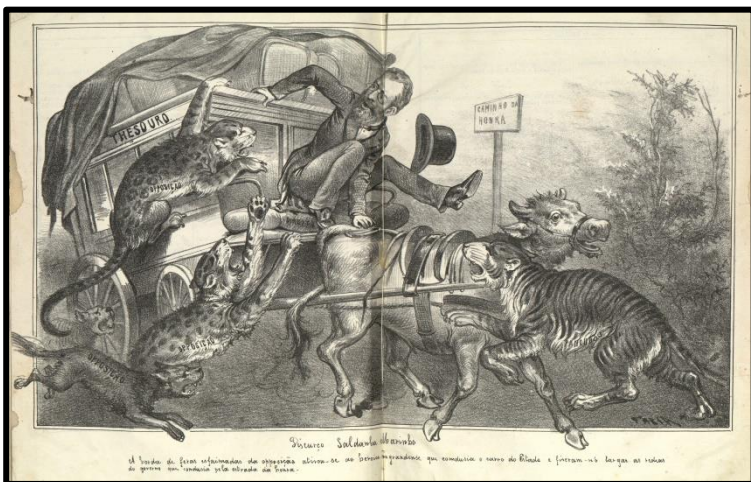
negativo, predomina a imagem obscura e ameaçadora do predador e do assassino voraz¹⁰². Ainda mais diretamente vinculado ao desenho, o lobo traz consigo a selvageria e constitui um obstáculo na estrada¹⁰³.



¹⁰² DUNNIGAN, Ann. Lobo. In: ELIADE, Mircea & COULIANO, Idan Petru (orgs). *Dicionário de símbolos*. Petrópolis: Vozes, 2024, p. 297.

¹⁰³ CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991, p. 555 e 557.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES



TRÊS ESTUDOS SOBRE A IMPRENSA ILUSTRADO- HUMORÍSTICA SUL-RIO-GRANDENSE

Tal estratégia imagética utilizada por *O Fígaro* trazia consigo a perspectiva pela qual as origens do simbolismo animalístico relacionam-se estreitamente com o totemismo e com a zoolatria, levando em conta que a posição do animal no espaço ou no campo simbólico, a situação e atitude em que aparece constituem aspectos essenciais para a discriminação dos matizes simbólicos¹⁰⁴. Nessa linha, o simbolismo dos animais, tais como são encontrados, observados, cada qual com suas particularidades e denominados pelo homem, remete-o a um fenômeno infinitamente mais vasto, porquanto engloba toda a história humana¹⁰⁵. De acordo com tal premissa, eles passam a ter uma função importante nos mitos e nas sagas e um papel essencial (direto ou simbólico) nos ritos, além de assumir um significado emblemático de grupos sociais e categorias, manifestação metafórica de desejos e experiências humanas e concretização dos processos abstratos que governam o universo¹⁰⁶. Assim, as figuras zoomórficas apresentadas pelo *hebdomadário porto-alegrense* atingiam seu intento, à medida que desempenhavam o papel essencial da comunicação jornalística, quer seja, contar com a compreensão do público leitor.

¹⁰⁴ CIRLOT, 1984, p. 78.

¹⁰⁵ CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991. p. 924-925.

¹⁰⁶ WALENS, 2024, p. 45.



**BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE**
Fundada em 1846



9 786553 060920

ISBN: 978-65-5306-092-0